UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE UnB PLANALTINA (FUP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL (PPG-MADER)

FRANCILIO FRANCISCO DA ROCHA

DESAFIOS DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO DISTRITO FEDERAL

Planaltina-DF
2026

FRANCILIO FRANCISCO DA ROCHA

DESAFIOS DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO DISTRITO FEDERAL

Dissertação a Universidade De Brasília (UnB), na Faculdade UnB Planaltina (FUP) para o Programa De Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural como requisito parcial para a obtenção de grau no Mestrado Em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Orientador(a): Prof. Dr. Luis Antonio Pasquetti.
Coorientador(a): Prof. Dr. Sérgio Sauer.

Planaltina-DF

2026

R672d

Rocha, Francilio Francisco da
Desafios do cooperativismo e associativismo na comercialização de produtos provenientes de projetos de assentamentos da Reforma Agrária no Distrito Federal / Francilio Francisco da Rocha; orientador Luis Antonio Pasquetti; co-orientador Sérgio Sauer. Brasília, 2026.
82 p.

Dissertação(Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) Universidade de Brasília, 2026.

1. Comercialização. 2. Agroindustrialização. 3. Agricultura familiar. 4. Políticas públicas. I. Pasquetti, Luis Antonio , orient. II. Sauer, Sérgio, co-orient. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Antonio Pasquetti

Orientador - FUP PPGMADER

Prof. Dr. Manoel Pereira Andrade

Convidado UnB - FAV

Profª. Dr Elizana Monteiro dos Santos

Convidada Externa - UFMA

Mário Lúcio Ávila

Membro Suplente - FUP PPGMADER

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me sustentado em cada passo dessa caminhada, renovando minhas forças e direcionando meus passos nos momentos mais desafiadores. Sem a presença e a graça d'Ele, nada disso seria possível. No último dia 15/07, realizei a defesa da minha dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Faculdade UnB de Planaltina (FUP). Concluir este ciclo é a realização de um sonho que carrega a história da minha vida.

Como filho de pais assentados da Reforma Agrária, sei o valor de cada semente plantada com suor e esperança. A educação pública, gratuita e de qualidade transforma vidas. Minha eterna gratidão à coordenação e a todo o corpo docente do PPG-MADER/UnB, pelo acolhimento, dedicação e por formarem pesquisadores compromissados com a realidade rural sustentável.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Luis Antônio Pasquetti e Prof. Dr. Sergio Sauer, pela condução impecável, paciência, sabedoria e por acreditarem no meu potencial. À banca examinadora, Prof.ª Dra. Elizana Monteiro dos Santos, Prof. Dr. Manoel Pereira Andrade e Prof. Dr. Mário Lúcio Ávila, pelas contribuições valiosas, leitura atenta e olhar generoso sobre o trabalho.

Dedico, com todo o meu amor, esta vitória aos meus pais, Josefa Tadeu e Vitalino "Garvão" (*in memoriam*). Meu pai nos deixou na metade do caminho desta jornada do mestrado, mas seus ensinamentos, sua garra e sua memória continuaram sendo o combustível para eu não desistir. Sei que, de onde estiver, ele comemora comigo, orgulhoso.

Dedico também às razões da minha vida, minhas filhas Francielly e Arielly. Que esta conquista mostre a vocês que nenhum sonho é grande demais quando lutamos com fé, honestidade e dedicação. A jornada foi longa, mas a colheita é próspera! Seguiremos sempre na luta por uma educação mais justa, sustentável e cheia de oportunidades.

Agradeço também a toda a turma do 1º/2024 do PPG-MADER, que, mesmo com todas as nossas diferenças geográficas e profissionais, nunca mediu esforços para a condução dos estudos e das pesquisas de cada um.

A vitória do filho do assentamento (Chapada do Hamilton) é a vitória da Reforma Agrária! Viva a FUP/UnB! Viva a educação pública e de qualidade!

“Nós, caminhando pelos penhascos,
atingimos o equilíbrio das planícies.
Nós, nadando contra as marés,
atingimos a força dos mares.
Nós, edificando nos lamaçais,
atingimos a firmeza dos lajeiros.
Nós, habitando nos rincões,
atingimos a proximidade da redondeza.
Nós somos o começo, o meio e o começo.
Existiremos sempre,
sorrindo nas tristezas
para festejar a vinda das alegrias.
Nossas trajetórias nos movem,
Nossa ancestralidade nos guia”.

Nêgo Bispo

RESUMO

A presente pesquisa investiga os desafios enfrentados por cooperativas e associações vinculadas ao Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) no Distrito Federal, com ênfase nas dificuldades relacionadas à comercialização de seus produtos agroalimentares. Apesar do potencial produtivo e da existência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, esses coletivos enfrentam entraves estruturais que comprometem sua inserção no mercado, além de endividamento e o desconhecimento dos programas disponíveis. Entre os principais obstáculos estão a escassez de canais de escoamento adequados, a deficiência na infraestrutura logística, a dificuldade de acesso a linhas de crédito e políticas de apoio, além da dependência de intermediários, o que reduz a margem de lucro dos produtores. Ainda, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas e análise documental, e busca compreender as estratégias utilizadas por essas organizações, suas relações com o mercado e com os programas institucionais. O estudo também pretende valorizar a sociobiodiversidade presente nos assentamentos, promovendo um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Ao analisar a dinâmica das cadeias produtivas, os desafios concretos da comercialização e os arranjos organizacionais envolvidos, espera-se oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, capazes de fortalecer a autonomia dos agricultores assentados e ampliar suas oportunidades de inserção em mercados diversos.

Palavras-chave: comercialização; agroindustrialização; agricultura familiar; políticas públicas.

ABSTRACT

This research investigates the challenges faced by cooperatives and associations linked to the National Agrarian Reform Program (PNRA) in the Federal District, focusing on difficulties related to the marketing of their agri-food products. Despite their productive potential and the existence of public policies aimed at family farming, these collectives face structural barriers that hinder their market integration, as well as indebtedness and a lack of awareness regarding available programs. Key obstacles include a scarcity of adequate distribution channels, deficient logistics infrastructure, limited access to credit lines and support policies, and a reliance on intermediaries, which reduces producers' profit margins. Adopting a qualitative approach based on interviews and document analysis, the research seeks to understand the strategies employed by these organizations and their relationships with the market and institutional programs. The study also aims to highlight the socio-biodiversity found in the settlements, promoting a model of sustainable rural development. By analyzing the dynamics of production chains, concrete marketing challenges, and the organizational arrangements involved, the study aims to provide insights for formulating more effective and inclusive public policies capable of strengthening the autonomy of settled farmers and expanding their opportunities to enter diverse markets.

Keywords: marketing; agro-industrialization; family farming; public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escolaridade 44
Figura 2 – Perfil dos membros/sócios ativos 46
Figura 3 – Caracterização jurídica e estrutura organizacional 49
Figura 4 – Caracterização Jurídica e Estrutura Organizacional 49
Figura 5 – Programas governamentais e políticas públicas 52
Figura 6 – Gestão, governança e regularidade 55
Figura 7 – Produção e Canais de Comercialização 56
Figura 8 – Desafios, Gargalos Estratégicos e principal desafio externo para a comercialização no DF 58
Figura 9 – Desafios, Gargalos Estratégicos e principal desafio externo para a comercialização no DF 59
Figura 10 – Impacto na Renda e Perspectivas de Futuro 61
Figura 11 – Impacto na Renda e Perspectivas de Futuro 62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PA	Projeto de Assentamento
PAPA/DF	Programa de Aquisição da Produção da Agricultura
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TED	Termo de Execução Descentralizada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR.....11
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORINDOS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA.....17
1.1 Contextualização sobre comercialização e sobre Distrito Federal.....17
1.2 A Revolução Verde e a formação das cooperativas conservadoras.....20
CAPÍTULO 2 – ESTADO DA ARTE SOBRE OS DESAFIOS DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO.....24
2.1 Organizações coletivas, agricultura familiar e comercialização.....24
2.2 Comercialização, mercados institucionais e geração de renda.....31
2.3 Sobra sociais e fortalecimento das organizações coletivas.....36
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....39
3.1 Procedimentos metodológicos.....39
3.2 Delimitação espacial e sujeitos da pesquisa.....40
3.3 Etapas da pesquisa.....41
3.4 Instrumentos de coletas de dados.....42
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....44
4.1 Escolaridade.....44
4.2 Perfil dos membros/sócios ativos.....46
4.3 Caracterização jurídica e estrutura organizacional.....48
4.4 Programas governamentais e políticas públicas.....51
4.5 Gestão, governança e regularidade.....54
4.6 Produção e canais de comercialização.....55
4.7 Desafios, gargalos estratégicos e principal desafio externo para a comercialização no DF.....58
4.8 Impacto na renda e perspectivas de futuro.....61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....65
REFERÊNCIAS.....68

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA: DESAFIOS DA COMERCIALIZAÇÃO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE ASSENTAMENTOS DO DF 74

1 INTRODUÇÃO E TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR

A escolha do tema desta pesquisa está diretamente relacionada à minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Sou filho de agricultores assentados da reforma agrária, tendo crescido no Assentamento Chapada do Hamilton, realidade que me permitiu vivenciar desde cedo os desafios enfrentados pelas famílias assentadas na organização da produção, na comercialização dos produtos agrícolas e na busca por melhores condições de vida no meio rural. Essa experiência despertou meu interesse em compreender os processos de organização coletiva desenvolvidos por cooperativas e associações, bem como sua importância para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento dos assentamentos.

Minha formação acadêmica também contribuiu para a construção desse percurso de pesquisa. Sou bacharel em Gestão do Agronegócio pela Faculdade UnB Planaltina (FUP/Universidade de Brasília), formação que ampliou minha compreensão sobre os sistemas agroalimentares, as cadeias produtivas, a gestão das organizações rurais e as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar. Posteriormente, concluí a Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), experiência que fortaleceu minha formação científica, analítica e metodológica, contribuindo para o desenvolvimento das competências necessárias à realização desta investigação.

A aproximação entre minha vivência nos assentamentos da reforma agrária e minha formação acadêmica despertou o interesse em investigar, de forma sistemática, os desafios enfrentados pelas cooperativas e associações na comercialização da produção agrícola. Ao longo da graduação e das atividades desenvolvidas junto às comunidades rurais, tornou-se evidente que o acesso à terra, embora fundamental, não é suficiente para garantir a permanência das famílias no campo. A comercialização da produção, a organização coletiva, o acesso às políticas públicas e o fortalecimento das capacidades de gestão constituem fatores indispensáveis para a geração de renda e para a sustentabilidade econômica dos assentamentos.

Além da trajetória pessoal e acadêmica que motivou esta investigação, a presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do projeto "Cooperativismo e Associativismo em Áreas de Reforma Agrária: Potencialidades e Desafios", executado pela Universidade de Brasília (UnB), por intermédio da Faculdade UnB Planaltina (FUP), em cooperação técnica com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no contexto do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 135/2023/INCRA-UnB.

O projeto surgiu da necessidade identificada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de produzir diagnósticos técnicos sobre a realidade das cooperativas e associações vinculadas aos assentamentos da reforma agrária. A ausência de informações sistematizadas acerca das dificuldades de gestão, comercialização, agroindustrialização e acesso às políticas públicas limitava a formulação de ações voltadas ao fortalecimento dessas organizações. Em resposta a essa demanda institucional, foi estabelecida a cooperação técnica entre o INCRA e a Universidade de Brasília (UnB), por meio do TED nº 135/2023, reunindo pesquisadores, docentes e estudantes para desenvolver estudos aplicados capazes de subsidiar políticas públicas e apoiar o desenvolvimento das organizações coletivas da reforma agrária.

O objeto do TED prevê a realização de pesquisas destinadas à identificação das demandas e potencialidades das cooperativas e associações vinculadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), buscando ampliar sua participação em diferentes canais de comercialização, fortalecer processos de agroindustrialização, apoiar a assistência técnica e fomentar estratégias capazes de ampliar a geração de trabalho e renda nos assentamentos rurais. A proposta também contempla o monitoramento de projetos produtivos, a elaboração de diagnósticos territoriais e o desenvolvimento de instrumentos de apoio à gestão das organizações coletivas, contribuindo para o fortalecimento institucional da agricultura familiar.

Nesse contexto, esta dissertação integra uma das pesquisas desenvolvidas no âmbito desse projeto maior, compartilhando sua base metodológica e seus objetivos institucionais. Embora apresente recorte específico voltado às cooperativas e associações do Distrito Federal, seus resultados dialogam diretamente com as ações desenvolvidas pelo projeto, contribuindo para a compreensão dos desafios relacionados à comercialização, à organização coletiva e ao fortalecimento socioeconômico das organizações da reforma agrária. Dessa forma, os dados produzidos nesta pesquisa também poderão subsidiar as ações desenvolvidas pela parceria institucional entre UnB e INCRA, ampliando o conhecimento sobre as experiências organizativas existentes nos assentamentos brasileiros.

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar, na geração de renda e no desenvolvimento agrário em diversas regiões do Brasil. Os Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária configuram-se como espaços de produção familiar e articulação sociopolítica, que demandam estratégias eficazes para inserir a produção nos circuitos de comercialização.

A relevância desse segmento ultrapassa os aspectos econômicos, alcançando dimensões sociais e ambientais, essenciais para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável (Schneider, 2003). A diversidade produtiva e a capacidade de adaptação às realidades locais tornam a agricultura familiar um agente central na harmonização entre produção e conservação ambiental.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o modelo de cooperativas está presente em vários países. Como existe uma organização global para isso a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), as ideias sobre esse tipo de parceria se espalharam pelo mundo todo, mudando só um pouquinho de um lugar para o outro. Por isso, é muito comum a gente ouvir palavras como “cooperação”, “cooperado”, “cooperativa” e “cooperativismo”, mesmo que as pessoas nem sempre usem esses termos com um sentido tão exato (INCRA, 2021).

O cooperativismo brasileiro possui trajetória histórica marcada por diferentes fases e projetos de desenvolvimento rural. Embora experiências cooperativas tenham surgido ainda no final do século XIX, sua consolidação ocorreu a partir das décadas de 1920 e 1930, período em que o Estado brasileiro passou a incentivar formas associativas voltadas à organização da produção agrícola, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Inicialmente, essas organizações concentravam-se na comercialização de produtos agrícolas e na aquisição coletiva de insumos, buscando reduzir custos de produção e ampliar o poder de negociação dos agricultores (Wevering, 2020).

O cooperativismo constitui uma forma de organização coletiva baseada na cooperação entre pessoas que compartilham interesses econômicos e sociais comuns. Sua finalidade não se restringe à realização de atividades econômicas, mas também contempla o fortalecimento da capacidade organizativa dos seus integrantes, permitindo melhores condições de inserção nos mercados, ampliação da comercialização da produção e geração de renda para as famílias participantes (Wevering, 2020).

No contexto da agricultura familiar e da reforma agrária, cooperativas e associações assumem papel estratégico ao possibilitar a organização da produção, o planejamento conjunto das atividades e o acesso a políticas públicas voltadas ao fortalecimento da comercialização. Essas organizações também favorecem a redução dos custos operacionais, a agregação de valor aos produtos e a ampliação das oportunidades de comercialização em diferentes mercados (Cruz; Jesus; Bacha; Costa, 2021).

A realização desta pesquisa está diretamente relacionada à minha trajetória de vida, à minha formação acadêmica e à minha inserção nas discussões sobre o desenvolvimento rural

e a reforma agrária. Sou filho de agricultores assentados da reforma agrária, tendo crescido no Assentamento Chapada do Hamilton, realidade que me permitiu acompanhar, desde cedo, os desafios enfrentados pelas famílias na organização da produção, na comercialização dos alimentos e na busca por melhores condições de vida no campo. Essa convivência despertou meu interesse em compreender como as organizações coletivas, especialmente cooperativas e associações, podem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e para a permanência das famílias nos assentamentos. Minha formação em Gestão do Agronegócio pela Faculdade UnB Planaltina (FUP/Universidade de Brasília) ampliou essa compreensão ao proporcionar conhecimentos sobre cadeias produtivas, gestão de empreendimentos rurais e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar. Posteriormente, a Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT) fortaleceu minha formação científica e metodológica, contribuindo para o desenvolvimento das competências necessárias à realização desta investigação.

A aproximação entre minha experiência pessoal e minha formação acadêmica foi decisiva para a escolha do tema desta dissertação. Ao longo da graduação, das atividades de pesquisa e das experiências junto às comunidades rurais, tornou-se evidente que o acesso à terra representa apenas uma etapa do processo de consolidação da reforma agrária. A permanência das famílias assentadas depende da existência de condições que permitam transformar a produção agrícola em geração de renda, assegurando estabilidade econômica e melhores perspectivas de desenvolvimento. Nesse contexto, a comercialização assume papel estratégico, uma vez que constitui o principal elo entre a produção realizada nos assentamentos e os mercados consumidores. Entretanto, diversos obstáculos relacionados à infraestrutura, à logística, ao acesso às políticas públicas, ao crédito e à organização coletiva dificultam esse processo, comprometendo o fortalecimento econômico das cooperativas e associações.

A motivação para desenvolver esta pesquisa também decorre da participação no projeto "Cooperativismo e Associativismo em Áreas de Reforma Agrária: Potencialidades e Desafios", desenvolvido pela Universidade de Brasília em cooperação técnica com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do TED nº 135/2023. Esse projeto possui abrangência nacional e tem como finalidade identificar demandas e potencialidades das cooperativas e associações existentes nos assentamentos da reforma agrária, buscando fortalecer sua participação nos diversos canais de comercialização, apoiar processos de agroindustrialização, ampliar o acesso às políticas públicas e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico desses territórios. A participação nessa iniciativa permitiu

contato direto com diferentes organizações coletivas e proporcionou uma compreensão mais ampla sobre os desafios enfrentados pelos agricultores familiares em diversas regiões do país, reforçando o interesse em aprofundar essa discussão na realidade do Distrito Federal.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de compreender os fatores que limitam a atuação das cooperativas e associações no processo de comercialização da produção oriunda dos assentamentos da reforma agrária. Embora a agricultura familiar desempenhe papel fundamental na produção de alimentos e na promoção do desenvolvimento rural, muitas organizações coletivas ainda enfrentam dificuldades para acessar mercados consumidores, agregar valor aos seus produtos e consolidar estratégias de comercialização capazes de garantir maior estabilidade econômica aos agricultores. Essas dificuldades reduzem as oportunidades de geração de renda das famílias assentadas e comprometem o fortalecimento das próprias organizações, tornando necessária uma análise que permita identificar seus principais desafios e potencialidades.

Sob a perspectiva acadêmica, esta investigação contribui para ampliar o debate sobre cooperativismo, associativismo, comercialização e desenvolvimento rural, articulando esses temas às políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à reforma agrária. Do ponto de vista social, busca oferecer subsídios que possam fortalecer as organizações coletivas, contribuindo para ampliar as oportunidades de comercialização, estimular a geração de renda e favorecer a permanência das famílias no campo. Além disso, os resultados da pesquisa poderão auxiliar gestores públicos, cooperativas, associações e instituições de assistência técnica na formulação de estratégias voltadas ao fortalecimento da comercialização, da organização coletiva e das políticas públicas destinadas aos assentamentos da reforma agrária.

A problemática que orienta esta pesquisa parte do reconhecimento de que, apesar da importância das cooperativas e associações para a organização da produção e para o acesso aos mercados, essas organizações ainda enfrentam limitações estruturais que dificultam sua atuação. Questões relacionadas à infraestrutura, ao transporte, ao armazenamento, ao acesso ao crédito, à assistência técnica, à gestão organizacional e à inserção em mercados institucionais e privados influenciam diretamente a capacidade de comercialização dos produtos e, consequentemente, a geração de renda das famílias assentadas. Diante desse cenário, torna-se necessário compreender quais fatores dificultam a atuação dessas organizações e quais estratégias podem contribuir para fortalecer sua capacidade de organização e sua sustentabilidade econômica.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados por cooperativas e associações vinculadas aos assentamentos da reforma agrária

no Distrito Federal no processo de comercialização de seus produtos, buscando compreender de que forma esses desafios influenciam a geração de renda das famílias agricultoras e o fortalecimento das organizações coletivas. Para alcançar esse propósito, a investigação procura identificar os principais produtos comercializados pelas organizações estudadas, compreender os canais de comercialização utilizados, analisar as dificuldades enfrentadas para acessar os diferentes mercados e discutir as estratégias adotadas para superar essas limitações. Também busca compreender de que forma a organização coletiva contribui para ampliar as oportunidades de comercialização, fortalecer a gestão das cooperativas e associações e promover benefícios que retornam às comunidades por meio de investimentos em infraestrutura, qualificação e melhoria das condições de produção.

Dessa forma, os objetivos estabelecidos encontram-se diretamente relacionados à problemática investigada, pois procuram compreender não apenas os obstáculos enfrentados pelas organizações coletivas, mas também as possibilidades de fortalecimento da comercialização como instrumento de desenvolvimento rural. Ao analisar a realidade das cooperativas e associações dos assentamentos da reforma agrária no Distrito Federal, a pesquisa pretende produzir conhecimentos que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas públicas, para o fortalecimento das organizações coletivas e para a ampliação das oportunidades de geração de renda das famílias assentadas, reafirmando a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos territórios rurais.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORINDOS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

1.1 Contextualização sobre comercialização e sobre Distrito Federal

Embora o Distrito Federal seja amplamente reconhecido por sua função político-administrativa, seu território abriga uma expressiva área rural formada por Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, que desempenham papel relevante na produção de alimentos e no abastecimento da região. Nesses assentamentos, predominam unidades produtivas familiares dedicadas a atividades agrícolas diversificadas, responsáveis não apenas pelo fornecimento de alimentos, mas também pela preservação da agrobiodiversidade, pela geração de trabalho e renda e pelo fortalecimento das economias locais (INCRA, 2013; CODEPLAN, 2015).

Apesar desse potencial produtivo, a comercialização ainda representa um dos principais desafios enfrentados pelas famílias assentadas. Em muitos casos, as dificuldades para acessar os mercados consumidores somam-se às limitações de infraestrutura, aos problemas logísticos, à insuficiência dos serviços de assistência técnica e extensão rural e às restrições no acesso às políticas públicas. Esses fatores comprometem o escoamento da produção, reduzem as oportunidades de geração de renda e dificultam a consolidação das atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos (Sandri, 2019).

Diante desse cenário, as cooperativas e associações assumem um papel estratégico na organização da agricultura familiar. Ao promoverem ações coletivas, essas organizações contribuem para o planejamento da produção, a consolidação da oferta, a redução de custos operacionais e a ampliação das oportunidades de comercialização em diferentes canais, como mercados institucionais, feiras, circuitos curtos de comercialização e estabelecimentos privados. Além disso, fortalecem a capacidade de negociação dos agricultores e ampliam suas possibilidades de inserção em mercados que, muitas vezes, seriam de difícil acesso para produtores atuando de forma individual (Sandri, 2019).

Os efeitos da atuação coletiva, entretanto, vão além dos resultados econômicos obtidos com a comercialização da produção. Ao fortalecer as organizações e estimular o trabalho cooperado, essas iniciativas geram benefícios que retornam às próprias comunidades por meio de investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos, capacitação, melhoria dos processos produtivos e aperfeiçoamento das estratégias de comercialização. Nesta pesquisa, esses benefícios são compreendidos como sobras sociais, uma vez que representam recursos

reinvestidos coletivamente em favor das organizações e das famílias agricultoras (Vasconcelos Júnior, 2024).

Diferentemente da lógica baseada na distribuição de lucros, característica das empresas convencionais, as sobras sociais são destinadas ao fortalecimento das capacidades produtivas, organizacionais e institucionais das cooperativas e associações. Ao serem aplicados em ações que melhoram as condições de produção e comercialização, esses recursos ampliam as possibilidades de geração de renda, fortalecem a permanência das famílias no campo e contribuem para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária. Como destacam Bialoskorski Neto (2006) e Pelegrini, Shiki e Shiki (2015), trata-se de um processo que evidencia a função social do cooperativismo, na medida em que os resultados das atividades econômicas retornam às comunidades sob a forma de benefícios coletivos, promovendo um desenvolvimento rural mais sustentável e socialmente inclusivo.

Sob essa perspectiva, a comercialização não pode ser entendida apenas como a etapa final do processo produtivo. Ela constitui um componente estratégico para a geração de renda e para o fortalecimento dos assentamentos da reforma agrária, pois é por meio dela que o trabalho desenvolvido pelas famílias agricultoras se transforma em condições concretas de permanência no campo. O acesso contínuo aos mercados contribui para dar maior estabilidade à atividade produtiva, reduz a dependência de intermediários e cria oportunidades para que os agricultores invistam na melhoria de suas unidades de produção e ampliem sua capacidade de organização (Amaral *et al.*, 2020).

Esse processo torna-se ainda mais consistente quando ocorre por meio de cooperativas e associações. Além de favorecerem a comercialização da produção, essas organizações fortalecem a identidade coletiva dos agricultores e ampliam sua capacidade de representação diante das instituições públicas e dos diferentes agentes do mercado. Como destacam Singer (2003) e Abramovay (2003), a cooperação permite construir alternativas à lógica estritamente competitiva do mercado convencional, na medida em que prioriza objetivos coletivos, a solidariedade e a participação democrática. Essa forma de organização encontra respaldo, inclusive, na Lei nº 5.764/1971, que institui a Política Nacional de Cooperativismo, bem como na legislação que regulamenta o associativismo no Brasil.

Na prática, a comercialização da agricultura familiar ocorre por diferentes canais, entre eles as feiras livres, os mercados locais, os programas governamentais de compras públicas, as cooperativas, as associações e as redes varejistas. Cada um desses espaços apresenta características e exigências próprias, envolvendo aspectos como regularidade da oferta, qualidade dos produtos, logística de transporte, armazenamento e capacidade de organização

da produção. Por essa razão, a atuação coletiva torna-se um diferencial importante, pois permite que os agricultores compartilhem responsabilidades, planejem a produção de forma conjunta e ampliem suas condições de atender às demandas desses diferentes mercados (Zeneratti, 2021).

Apesar dos avanços observados nos últimos anos, ainda persistem desafios que dificultam a inserção da agricultura familiar em condições mais competitivas. A precariedade das estradas rurais, a insuficiência de estruturas para beneficiamento e armazenamento, as limitações da assistência técnica e as dificuldades de acesso às políticas públicas continuam restringindo as possibilidades de comercialização. Soma-se a isso a dependência de atravessadores em muitas regiões, situação que reduz a margem de renda obtida pelos agricultores e limita sua capacidade de investimento nas atividades produtivas (MDA, 2024).

A diversidade produtiva presente nos assentamentos da reforma agrária no Distrito Federal representa um importante potencial para ampliar a inserção da agricultura familiar em diferentes mercados consumidores. A produção de hortaliças, frutas, grãos, alimentos de origem animal e produtos processados permite atender a uma demanda cada vez maior por alimentos diversificados, produzidos localmente e associados a práticas sustentáveis de cultivo. Nesse sentido, como ressalta Altieri (2024), sistemas produtivos baseados na diversificação e na agroecologia não apenas contribuem para a conservação dos recursos naturais, mas também agregam valor aos produtos e ampliam as oportunidades de comercialização.

Diante desse cenário, fortalecer os processos de comercialização significa criar condições para que as famílias assentadas ampliem sua geração de renda, alcancem maior estabilidade econômica e encontrem perspectivas concretas de permanência no meio rural. Esse fortalecimento não depende apenas da ampliação dos mercados consumidores, mas também da capacidade das organizações coletivas de reinvestir os resultados obtidos em benefício das próprias comunidades. É nesse contexto que as sobras sociais ganham relevância, pois possibilitam investimentos em infraestrutura, qualificação dos agricultores, melhoria dos processos produtivos e aperfeiçoamento das estratégias de comercialização, criando um ciclo contínuo de fortalecimento das cooperativas e dos assentamentos (Zeneratti, 2021).

Entretanto, os desafios relacionados à comercialização vão muito além da simples abertura de novos mercados. Eles envolvem um conjunto de questões técnicas e organizacionais que influenciam diretamente a capacidade das cooperativas e associações de atender às exigências dos compradores. Aspectos como o planejamento da produção, a

regularidade da oferta, a padronização dos produtos, a rastreabilidade, o cumprimento das normas sanitárias, o beneficiamento, o armazenamento, o transporte adequado e a gestão administrativa são determinantes para a inserção das organizações tanto nos mercados institucionais quanto nos mercados privados. Além de agregar valor à produção, esses fatores contribuem para aumentar a confiança dos consumidores e fortalecer a competitividade da agricultura familiar (Cruz *et al*., 2021).

Em síntese, ao analisar a realidade das cooperativas e associações da reforma agrária no Distrito Federal, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão das dinâmicas que envolvem a produção, a organização coletiva e a comercialização da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, procura evidenciar como as políticas públicas, as estratégias adotadas pelas organizações e as condições estruturais dos assentamentos influenciam suas possibilidades de desenvolvimento. Dessa forma, os resultados obtidos oferecem elementos que podem subsidiar novas pesquisas sobre o tema e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas e ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

1.2 A Revolução Verde e a formação das cooperativas conservadoras

A partir da década de 1970, a agricultura brasileira passou por um intenso processo de transformação impulsionado pela chamada Revolução Verde. Esse período foi marcado pela incorporação de novas tecnologias ao campo, como sementes geneticamente melhoradas, mecanização agrícola, fertilizantes químicos, defensivos agrícolas e programas de crédito rural subsidiado. A expectativa era aumentar a produtividade e modernizar a agricultura nacional, tornando a produção mais eficiente e competitiva. Embora essas mudanças tenham promovido avanços significativos em determinados segmentos do setor agrícola, seus efeitos não ocorreram de maneira uniforme, atingindo de forma diferenciada os diversos grupos de produtores (Campagnolla; Macêdo, 2022).

No Brasil, esse processo coincidiu com políticas voltadas à ocupação produtiva do Cerrado e à expansão das fronteiras agrícolas. Nesse contexto, culturas como soja, arroz, milho e trigo passaram a ocupar extensas áreas, consolidando um modelo de produção baseado na especialização agrícola e no monocultivo. Ao mesmo tempo em que essa estratégia contribuiu para o crescimento da produção nacional, também favoreceu a concentração de investimentos nas grandes propriedades e nos sistemas produtivos de maior escala, ampliando as dificuldades enfrentadas por parte da agricultura familiar para acessar tecnologias, crédito e mercados em condições semelhantes (Campagnolla; Macêdo, 2022).

Foi justamente diante dessas transformações que novas formas de organização coletiva começaram a ganhar força no campo brasileiro. A partir da década de 1980, com o fortalecimento dos movimentos sociais rurais, da agricultura familiar e das experiências ligadas à reforma agrária, ampliou-se o debate sobre modelos de cooperação mais adequados à realidade dos pequenos produtores. Nesse período, consolidou-se um cooperativismo com características distintas daquele que predominou durante a fase de modernização agrícola, voltado não apenas para a organização da produção e da comercialização, mas também para o fortalecimento das comunidades rurais e para a construção de alternativas de desenvolvimento (Pazzetti; Magnani; Zambrano, 2021).

Essas experiências passaram a atribuir maior importância à participação dos agricultores nas decisões, à autogestão, à solidariedade e à cooperação como instrumentos de fortalecimento econômico e social. As cooperativas vinculadas aos assentamentos da reforma agrária deixaram de atuar apenas como estruturas de comercialização e passaram a desempenhar também funções relacionadas à formação dos cooperados, à organização da produção, ao acesso às políticas públicas e à articulação com outras organizações do campo. Assim, o cooperativismo desenvolvido nesse contexto passou a refletir os princípios do chamado novo cooperativismo, no qual a eficiência econômica é acompanhada pelo compromisso com a participação democrática, a inclusão social e o desenvolvimento dos territórios rurais (Pazzetti; Magnani; Zambrano, 2021).

Enquanto o cooperativismo impulsionado pela Revolução Verde esteve voltado, em grande medida, para atender às demandas da agricultura empresarial, especialmente das cadeias produtivas da soja, do arroz e de outras commodities agrícolas, as cooperativas que surgiram no contexto da reforma agrária seguiram um caminho diferente. Em vez de priorizar exclusivamente o aumento da produtividade e a inserção nos mercados de exportação, essas organizações passaram a valorizar a diversificação da produção, a comercialização coletiva, o acesso aos mercados institucionais e o fortalecimento da agricultura familiar. Essa mudança representa uma transformação importante na forma de compreender o papel das cooperativas, que deixam de ser vistas apenas como instrumentos de organização econômica e passam a desempenhar também funções sociais, políticas e territoriais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (Zambenetti *et al.*, 2021).

No período de consolidação da modernização agrícola, as cooperativas agropecuárias exerceram papel estratégico na expansão do agronegócio brasileiro. Elas atuavam como intermediárias entre os produtores, as instituições financeiras e as empresas fornecedoras de máquinas, sementes e insumos agrícolas, facilitando o acesso ao crédito rural, à assistência

técnica, ao armazenamento, ao beneficiamento e à comercialização da produção. Esse conjunto de serviços foi decisivo para ampliar a capacidade produtiva de muitos empreendimentos rurais e fortalecer determinadas cadeias agroindustriais (Zambenetti *et al.*, 2021).

Foi também nesse contexto que a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ampliou sua atuação como principal entidade representativa do cooperativismo nacional. Além de exercer a representação institucional do setor, a organização passou a atuar na integração das cooperativas e no diálogo com o poder público, contribuindo para a formulação e o fortalecimento de políticas voltadas ao desenvolvimento do cooperativismo brasileiro. Sua atuação foi decisiva para estruturar o sistema cooperativista em um período de profundas transformações na agricultura nacional (Correia Filho *et al.*, 2022).

Ao mesmo tempo, diferentes instituições públicas tiveram participação fundamental na consolidação desse modelo de desenvolvimento agrícola. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) assumiu a responsabilidade pela implementação da política de reforma agrária, pela criação de assentamentos rurais e pelo apoio à organização produtiva das famílias assentadas. Nesse processo, estimulou a constituição de associações e cooperativas como instrumentos capazes de fortalecer a produção, ampliar a organização econômica das comunidades e facilitar o acesso às políticas públicas (INCRA, 2021).

Paralelamente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) desempenhou um papel essencial na geração de conhecimentos e tecnologias adaptadas às condições edafoclimáticas brasileiras, especialmente para a ocupação agrícola do Cerrado. As pesquisas desenvolvidas pela instituição contribuíram para ampliar a produtividade de diferentes culturas e criaram as bases técnicas que sustentaram parte da expansão da agricultura nesse período (Vieira Filho, 2022).

Esses avanços tecnológicos foram acompanhados pelo trabalho desenvolvido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), responsável por aproximar esse conhecimento da realidade dos produtores rurais. Por meio da assistência técnica, da realização de capacitações e do acompanhamento das atividades produtivas, a EMATER passou a orientar agricultores na adoção de novas tecnologias, no planejamento da produção e na gestão das propriedades (Lopes, 2020).

No caso da agricultura familiar e, posteriormente, dos assentamentos da reforma agrária, essa atuação tornou-se especialmente importante, pois contribuiu para fortalecer a capacidade produtiva das organizações e ampliar suas condições de inserção nos diferentes mercados (Lopes,2020). Em conjunto, a atuação da OCB, do INCRA, da EMBRAPA e da

EMATER evidencia que a modernização da agricultura brasileira foi resultado da articulação entre políticas públicas, instituições de pesquisa, serviços de assistência técnica e formas de organização coletiva. Ainda que essas instituições tenham desempenhado funções distintas, todas contribuíram, em diferentes momentos, para moldar o cenário em que se desenvolveram tanto o cooperativismo tradicional quanto as experiências cooperativas vinculadas à agricultura familiar e à reforma agrária, objeto central desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 – ESTADO DA ARTE SOBRE OS DESAFIOS DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

2.1 Organizações coletivas, agricultura familiar e comercialização

A cooperação constitui um dos princípios mais antigos das relações humanas e está presente em diferentes formas de organização social muito antes do surgimento das cooperativas modernas. De modo geral, ela pode ser compreendida como a ação conjunta de pessoas que compartilham objetivos, necessidades ou interesses comuns e que, por meio do trabalho coletivo, buscam alcançar resultados que dificilmente seriam obtidos de forma individual. Ao longo da história, essa prática esteve presente em diversas sociedades por meio da ajuda mútua, da solidariedade e da reciprocidade entre os membros da comunidade. No meio rural brasileiro, essa lógica manifesta-se em atividades como os mutirões, a troca de dias de trabalho, o compartilhamento de equipamentos e a organização coletiva da produção, fortalecendo os laços comunitários e contribuindo para a reprodução social e econômica das famílias agricultoras (Webering, 2020).

A partir desse princípio mais amplo da cooperação, desenvolvem-se diferentes formas de organização coletiva, entre elas o associativismo. As associações são constituídas pela união voluntária de pessoas que compartilham interesses comuns e buscam atuar coletivamente em questões de natureza social, cultural, política ou econômica. Diferentemente das cooperativas, sua finalidade principal não está voltada à realização de atividades econômicas, mas à representação de seus associados, à defesa de direitos, ao fortalecimento comunitário e à execução de ações de interesse coletivo. No contexto da agricultura familiar, essas organizações desempenham papel importante na mobilização das comunidades, na ampliação da participação social e no acesso às políticas públicas, funcionando como espaços de articulação entre os agricultores e as instituições governamentais (Webering, 2020).

Embora cooperação e associativismo estejam intimamente relacionados, o cooperativismo representa uma forma específica de organização que incorpora esses princípios em uma estrutura voltada também para a atividade econômica. Fundamentado na gestão democrática, na participação dos cooperados e na distribuição coletiva dos resultados, o cooperativismo busca organizar a produção, o beneficiamento, a comercialização, a aquisição de insumos e a prestação de serviços de maneira compartilhada. Seu propósito não se limita à obtenção de resultados financeiros, mas procura fortalecer a capacidade econômica

dos cooperados e criar condições para sua permanência e desenvolvimento no meio rural (Didier Júnior, 2021).

Desse modo, enquanto o associativismo concentra seus esforços na representação institucional, na mobilização social e na defesa de interesses coletivos, o cooperativismo atua diretamente na organização das atividades produtivas e comerciais. Apesar dessas diferenças, ambas as formas de organização são complementares e desempenham papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar, especialmente nos assentamentos da reforma agrária, onde contribuem para ampliar a participação dos agricultores, facilitar o acesso às políticas públicas e criar condições mais favoráveis para a produção e a comercialização coletiva (Didier Junior, 2021).

A trajetória do cooperativismo brasileiro revela que esse movimento não se desenvolveu de maneira homogênea ao longo do tempo. Ao contrário, sua evolução foi marcada por diferentes modelos organizacionais, construídos em resposta aos contextos econômicos, sociais e políticos de cada período histórico. Durante grande parte do século XX, predominou um cooperativismo estreitamente associado ao processo de modernização da agricultura e à expansão das cadeias agroindustriais, sobretudo após o fortalecimento institucional promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Nesse cenário, as cooperativas desempenharam papel importante na organização da produção, na oferta de insumos, no armazenamento e na comercialização agrícola, contribuindo significativamente para o crescimento do setor agropecuário brasileiro (Vasconcelos Júnior, 2024).

Entretanto, esse modelo concentrou sua atuação, principalmente, nas cadeias produtivas de maior escala e nas commodities agrícolas, como soja, milho e trigo, mantendo uma participação mais restrita entre agricultores familiares e pequenos produtores. Como consequência, parcela expressiva desses agricultores permaneceu com dificuldades para acessar crédito, tecnologias, mercados e estruturas de comercialização, o que evidenciou os limites de um cooperativismo orientado prioritariamente para a lógica da modernização produtiva (Vasconcelos Júnior, 2024).

Foi nesse contexto que, a partir das décadas de 1980 e 1990, ganhou força o chamado novo cooperativismo, impulsionado pelas mobilizações dos movimentos sociais do campo, pelo fortalecimento da agricultura familiar e pelas experiências desenvolvidas nos assentamentos da reforma agrária. Diferentemente do modelo anterior, essa nova perspectiva passou a compreender a cooperação como um processo que ultrapassa a dimensão econômica, assumindo também funções sociais, políticas e educativas. A organização coletiva passou a ser entendida como instrumento de fortalecimento das comunidades, de ampliação da

participação dos agricultores nas decisões e de construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento dos territórios rurais (Suzim, 2023).

Nessa perspectiva, princípios como autogestão, participação democrática, solidariedade, inclusão social e construção coletiva das decisões passaram a ocupar posição central na organização das cooperativas. Mais do que ampliar a eficiência econômica, o novo cooperativismo busca conciliar geração de renda, fortalecimento das relações comunitárias e promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, as cooperativas deixam de ser vistas apenas como organizações voltadas à comercialização da produção e passam a desempenhar um papel mais amplo na formação dos agricultores, no fortalecimento da cidadania e na consolidação de formas coletivas de organização capazes de enfrentar os desafios vivenciados pela agricultura familiar e pelos assentamentos da reforma agrária (Pereira *et al.*, 2020).

Essa transformação evidencia que o cooperativismo brasileiro não pode ser compreendido como uma experiência única e uniforme. Ao contrário, sua trajetória revela diferentes formas de organização e distintas concepções sobre o papel da cooperação no desenvolvimento rural. Compreender essas mudanças é fundamental para analisar as cooperativas investigadas nesta pesquisa, cujas práticas estão mais próximas dos princípios do novo cooperativismo, fundamentados na organização coletiva, na participação democrática e no fortalecimento da agricultura familiar (Pereira *et al.*, 2020).

Essa perspectiva aproxima-se dos princípios da Economia Solidária, que propõe formas de organização econômica fundamentadas na cooperação, na autogestão, na valorização do trabalho coletivo e na distribuição social dos resultados da produção. Conforme argumenta Singer (2002; 2003), os empreendimentos solidários diferenciam-se das empresas convencionais por priorizarem o atendimento das necessidades dos trabalhadores e das comunidades em vez da maximização do lucro. No contexto da agricultura familiar e da reforma agrária, cooperativas e associações frequentemente incorporam esses princípios ao organizar a produção, comercializar coletivamente os alimentos, fortalecer a participação dos agricultores e promover investimentos que retornam às próprias comunidades na forma de infraestrutura, capacitação e melhoria das condições produtivas.

A comercialização constitui um dos elementos centrais para a sustentabilidade econômica da agricultura familiar, especialmente nos assentamentos da reforma agrária, onde a permanência das famílias no campo depende não apenas da produção, mas também da capacidade de transformar essa produção em renda. Nesse sentido, o acesso à terra, embora represente uma conquista fundamental para milhares de famílias, não é suficiente para assegurar sua reprodução social e econômica. Para que a Reforma Agrária alcance seus

objetivos, é necessário que os agricultores tenham condições de inserir seus produtos em mercados que garantam renda, estabilidade econômica e perspectivas de permanência no meio rural (Amaral *et al.*, 2020).

Sob essa perspectiva, a comercialização deixa de ser compreendida apenas como a etapa final do processo produtivo e passa a ocupar um lugar estratégico no desenvolvimento rural. É por meio dela que a produção agrícola se converte em trabalho remunerado, fortalece a economia das famílias e contribui para a dinamização dos territórios onde essas organizações estão inseridas. Para isso, torna-se fundamental a existência de canais de comercialização capazes de aproximar produtores e consumidores, assegurando preços compatíveis com os custos de produção e permitindo que agricultores familiares ampliem seus investimentos, diversifiquem a produção e fortaleçam suas organizações coletivas (Amaral *et al.*, 2020).

Entretanto, compreender os desafios da comercialização nos assentamentos exige considerar o contexto mais amplo em que essas organizações foram constituídas. Isso implica discutir o próprio significado da Reforma Agrária, uma vez que esse conceito não possui uma interpretação única. Ao longo da literatura, diferentes abordagens atribuem sentidos distintos à política de redistribuição da terra, refletindo perspectivas teóricas, políticas e econômicas diversas (Amaral *et al.*, 2020).

Na sua concepção clássica, também denominada redistributiva, a Reforma Agrária corresponde à reorganização da estrutura fundiária por meio da desconcentração da propriedade da terra e de sua redistribuição para trabalhadores rurais sem terra ou com acesso insuficiente aos meios de produção. Sob esse enfoque, a elevada concentração fundiária é compreendida como uma das principais expressões das desigualdades históricas existentes no campo brasileiro. Assim, a democratização do acesso à terra passa a ser entendida como condição essencial para promover justiça social, reduzir conflitos agrários e ampliar as oportunidades de desenvolvimento das populações rurais (Zeneratti, 2021).

Mais recentemente, entretanto, esse entendimento foi ampliado por diferentes autores, que passaram a defender que a Reforma Agrária não se limita à distribuição da terra. A consolidação dos assentamentos depende também da implementação de políticas públicas capazes de garantir crédito, assistência técnica, infraestrutura, organização coletiva e acesso aos mercados. Dessa forma, o sucesso da Reforma Agrária está diretamente relacionado à criação de condições para que as famílias assentadas possam produzir, comercializar seus produtos e construir formas sustentáveis de permanência no campo (Zeneratti, 2021).

Apesar dos avanços alcançados pela agricultura familiar nas últimas décadas, os agricultores ainda enfrentam limitações históricas para acessar mercados mais estruturados e competitivos. Entre os principais entraves destacam-se a pequena escala de produção, a sazonalidade das colheitas, as dificuldades de transporte, a ausência ou insuficiência de estruturas de armazenamento e beneficiamento, além da limitada capacidade de negociação quando a comercialização ocorre de forma individual. Esses fatores reduzem a competitividade dos produtos da agricultura familiar e dificultam sua inserção em mercados capazes de garantir maior estabilidade econômica (Abramovay, 2003; Buainain; Guanziroli; Romeiro, 2006).

Essas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes nos assentamentos da reforma agrária. Em muitos casos, as comunidades estão localizadas em áreas distantes dos principais centros consumidores e convivem com limitações de infraestrutura que elevam os custos logísticos e dificultam o escoamento da produção. Como consequência, muitos agricultores acabam recorrendo aos intermediários para comercializar seus produtos. Embora esses agentes desempenhem um papel importante na circulação da produção, sua atuação frequentemente reduz a margem de renda obtida pelas famílias agricultoras, uma vez que parte do valor agregado permanece concentrada nas etapas intermediárias da comercialização (Marchetti *et al.*, 2020).

Diante desse cenário, a organização coletiva assume um papel estratégico para fortalecer a agricultura familiar. Ao reunir produtores em torno de objetivos comuns, cooperativas e associações ampliam a capacidade de negociação, possibilitam o planejamento conjunto da produção, favorecem a padronização dos produtos e viabilizam o compartilhamento de estruturas de transporte, armazenamento e beneficiamento. Além de reduzir custos, essas iniciativas ampliam as possibilidades de acesso aos mercados institucionais e privados, criando condições mais favoráveis para a geração de renda e para a permanência das famílias no campo (Marchetti *et al.*, 2020).

Além de fortalecer a organização coletiva, cooperativas e associações ampliam as possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais, que se consolidaram como um dos principais instrumentos públicos de apoio ao setor no Brasil (Marchetti *et al.*, 2020). Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passaram a desempenhar papel relevante ao criar mecanismos de compra pública destinados à agricultura familiar. Com isso, produtores e organizações coletivas encontraram novas oportunidades para comercializar sua

produção, reduzindo, em parte, a dependência dos mercados convencionais e dos intermediários.

Entretanto, para que essas oportunidades possam ser efetivamente aproveitadas, é indispensável que as cooperativas e associações disponham de condições mínimas de produção e organização. Nesse contexto, o acesso ao crédito assume papel estratégico, pois vai muito além do financiamento das atividades agrícolas. Os recursos obtidos por meio das linhas de crédito possibilitam investimentos em equipamentos, transporte, estruturas de armazenamento, beneficiamento, agroindustrialização, adequação às exigências sanitárias e fortalecimento da gestão administrativa. Dessa forma, o crédito influencia diretamente a capacidade das organizações de planejar a produção, cumprir contratos e manter a regularidade do fornecimento exigida pelos diferentes mercados (Carmo, 2020).

Entre as políticas públicas voltadas para esse fim, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal instrumento federal de financiamento destinado ao segmento. O programa contempla linhas de crédito para custeio, investimento e agregação de valor à produção, constituindo importante mecanismo de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Ainda assim, a existência dessas linhas de financiamento não garante, por si só, o acesso efetivo dos agricultores. Diversos estudos apontam que persistem dificuldades relacionadas ao desconhecimento das modalidades disponíveis, à insuficiência da assistência técnica para elaboração dos projetos e às exigências burocráticas impostas pelas instituições financeiras, fatores que limitam a utilização desses recursos por parte de muitas famílias agricultoras (Santos *et al.*, 2022).

Ao mesmo tempo, programas como o PAA e o PNAE desempenham papel relevante ao proporcionar maior estabilidade na comercialização da produção. Diferentemente dos mercados convencionais, sujeitos às oscilações de preços e às incertezas da demanda, os mercados institucionais oferecem maior previsibilidade quanto às vendas, permitindo que agricultores e organizações coletivas planejem melhor sua produção e organizem suas atividades com mais segurança. Essa previsibilidade representa um fator importante para a sustentabilidade econômica dos assentamentos e para a permanência das famílias no meio rural (Santos *et al.*, 2022).

Outro aspecto que merece destaque é a valorização da produção local promovida por essas políticas públicas. Ao priorizarem a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, esses programas fortalecem os circuitos curtos de comercialização, estimulam a circulação de renda nos próprios territórios e contribuem para o abastecimento de escolas, equipamentos públicos e instituições sociais com alimentos frescos, diversificados e

produzidos regionalmente. Desse modo, além de gerar renda para os agricultores, essas iniciativas fortalecem a economia local e aproximam produção, abastecimento alimentar e desenvolvimento territorial (Quijada; Cavichioli; Soares, 2020).

Apesar dos avanços proporcionados pelos mercados institucionais, sua efetivação ainda encontra obstáculos importantes. Muitas cooperativas e associações enfrentam dificuldades para atender às exigências documentais, sanitárias e administrativas estabelecidas pelos programas públicos. Em diversos casos, a insuficiência de assistência técnica, a falta de infraestrutura para beneficiamento e armazenamento, bem como as limitações na gestão das organizações, dificultam sua participação nas chamadas públicas e reduzem o potencial dessas políticas como instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar. Isso demonstra que ampliar o acesso aos mercados institucionais depende não apenas da existência dos programas, mas também da implementação de ações complementares voltadas à qualificação da gestão, ao fortalecimento da assistência técnica e à melhoria das condições de infraestrutura das organizações coletivas (Quijada; Cavichioli; Soares, 2020).

Além dos mercados institucionais, a agricultura familiar está inserida em diferentes canais de comercialização, como feiras livres, mercados municipais, centrais de abastecimento, vendas diretas ao consumidor, circuitos curtos de comercialização e fornecimento para estabelecimentos comerciais privados. Cada uma dessas modalidades apresenta características próprias quanto ao volume comercializado, à frequência de fornecimento, às exigências de qualidade e às condições logísticas necessárias para o escoamento da produção. Essa diversidade amplia as possibilidades de inserção dos agricultores no mercado, mas também exige capacidade de adaptação às especificidades de cada canal (Cazella; Capellesso.; Schneider, 2020).

Outro aspecto relevante diz respeito à agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. O beneficiamento, a transformação e o processamento dos alimentos representam alternativas importantes para ampliar a renda das famílias, reduzir perdas pós-colheita e diversificar as possibilidades de comercialização. Entretanto, a implementação dessas atividades depende de investimentos em infraestrutura, equipamentos adequados, qualificação técnica e atendimento às normas sanitárias, fatores que ainda representam desafios para muitas cooperativas e associações vinculadas à reforma agrária (Cazella; Capellesso.; Schneider, 2020).

É nesse cenário que as sobras sociais ganham destaque como um dos elementos que fortalecem a sustentabilidade das organizações coletivas. Diferentemente de uma lógica voltada apenas para a obtenção de resultados financeiros, os recursos gerados pelas atividades

das cooperativas podem ser reinvestidos em benefício dos próprios associados. Esses investimentos podem ser direcionados à ampliação da capacidade produtiva, à melhoria da infraestrutura de armazenamento, transporte e beneficiamento, à aquisição de equipamentos, à oferta de capacitações e ao aperfeiçoamento dos processos de comercialização. Assim, as sobras sociais deixam de representar apenas um resultado econômico e passam a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento das cooperativas e no fortalecimento das comunidades onde estão inseridas (Monteiro, 2020).

Além dos investimentos materiais, outro fator apontado pela literatura como essencial para o fortalecimento da agricultura familiar é o acesso à informação. Conhecer as variações de preços, identificar oportunidades de mercado, compreender as exigências sanitárias e acompanhar as políticas públicas disponíveis são aspectos que influenciam diretamente as decisões sobre produção e comercialização. Quanto maior o acesso a essas informações, maiores são as condições de planejamento e menores tendem a ser os riscos decorrentes das oscilações do mercado (Monteiro, 2020).

2.2 Comercialização, mercados institucionais e geração de renda

A comercialização ocupa um lugar central na sustentabilidade econômica da agricultura familiar, sobretudo nos assentamentos da reforma agrária, onde a permanência das famílias no campo depende não apenas da capacidade de produzir alimentos, mas também de transformá-los em renda capaz de garantir sua reprodução social e econômica. Sob essa perspectiva, a comercialização ultrapassa a ideia de ser apenas a etapa final do processo produtivo e passa a ser compreendida como um componente estratégico do desenvolvimento rural. Ela influencia decisões relacionadas ao planejamento da produção, à organização coletiva dos agricultores, à agregação de valor aos produtos e à escolha dos canais de comercialização mais adequados. Como destaca Abramovay (2003), o desenvolvimento rural está diretamente associado à capacidade dos agricultores de se inserirem nos mercados por meio de estratégias coletivas e de instituições capazes de fortalecer os territórios. Dessa forma, produzir alimentos, por si só, não assegura a permanência das famílias no meio rural; é igualmente necessário criar condições para que essa produção encontre mercados capazes de valorizar o trabalho desenvolvido pelos agricultores e garantir uma fonte contínua de renda.

Entretanto, a inserção da agricultura familiar nos diferentes mercados ainda ocorre em um contexto marcado por limitações históricas e estruturais. Embora esse segmento desempenhe papel fundamental no abastecimento alimentar do país, os agricultores enfrentam

dificuldades que comprometem sua competitividade frente aos demais agentes econômicos. Entre os principais obstáculos destacam-se a pequena escala de produção, a diversidade dos cultivos, as limitações de infraestrutura, os elevados custos logísticos e o reduzido poder de negociação, especialmente quando a comercialização é realizada de forma individual (Cruz *et al.*, 2021).

Conforme observam Buainain, Guanziroli e Romeiro (2006), essas características colocam os agricultores familiares em posição menos favorável nas cadeias produtivas, sobretudo naquelas dominadas por empresas que dispõem de maior capacidade de investimento, infraestrutura e controle dos canais de distribuição. Como consequência, muitos produtores acabam recorrendo aos intermediários para escoar sua produção. Embora esses agentes desempenhem um papel importante na circulação dos produtos, sua atuação frequentemente reduz a parcela da renda que permanece com os agricultores, limitando a capacidade de investimento das famílias e dificultando a consolidação econômica dos assentamentos.

Diante desse cenário, a organização coletiva assume papel decisivo para ampliar as oportunidades de comercialização da agricultura familiar. Cooperativas e associações permitem reunir a produção de diferentes agricultores, fortalecer o poder de negociação, compartilhar infraestrutura e reduzir custos operacionais, criando condições mais favoráveis para o acesso aos mercados institucionais e privados. Assim, a comercialização deixa de depender exclusivamente da iniciativa individual de cada produtor e passa a ser construída de forma coletiva, fortalecendo não apenas a geração de renda, mas também a capacidade organizativa das comunidades rurais e a sustentabilidade dos assentamentos da reforma agrária (Cruz *et al.*, 2021).

Além dos desafios relacionados à infraestrutura e à logística, o acesso às informações de mercado também representa um fator determinante para a comercialização da produção da agricultura familiar. Em muitos casos, os agricultores não dispõem de informações atualizadas sobre preços, demanda, padrões de qualidade, exigências sanitárias ou oportunidades de comercialização, o que dificulta o planejamento da produção e aumenta a vulnerabilidade diante das oscilações do mercado. Essa limitação compromete não apenas a tomada de decisões, mas também a capacidade de negociação dos produtores, que muitas vezes comercializam seus produtos sem conhecer plenamente as condições mais favoráveis de venda (Troian *et al.*, 2020).

Diante dessa realidade, torna-se ainda mais evidente a importância das formas coletivas de organização. Cooperativas e associações desempenham um papel fundamental ao

reunir e compartilhar informações, coordenar a oferta da produção e criar estratégias conjuntas de comercialização. Além disso, essas organizações favorecem o planejamento da produção e ampliam o poder de negociação dos agricultores familiares, permitindo que eles participem de mercados que, individualmente, seriam de difícil acesso (Troian *et al.*, 2020).

Essa compreensão é reforçada por Bialoskorski Neto (2006), ao destacar que as organizações cooperativas contribuem para reduzir custos de transação, ampliar os ganhos de escala e fortalecer a posição dos produtores nas negociações comerciais. Da mesma forma, possibilitam o compartilhamento de estruturas de beneficiamento, armazenamento, transporte e distribuição, reduzindo custos individuais e aumentando a eficiência dos processos de comercialização. No contexto da agricultura familiar, esses benefícios tornam-se ainda mais relevantes, pois permitem enfrentar coletivamente limitações estruturais que dificilmente seriam superadas por agricultores atuando de forma isolada. Assim, o cooperativismo não apenas amplia as possibilidades de acesso aos mercados, mas também fortalece a capacidade econômica e organizativa das famílias assentadas.

Entre as iniciativas voltadas ao fortalecimento da comercialização da agricultura familiar, merece destaque o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA/DF), implementado no âmbito do Distrito Federal. Instituído pela Lei Distrital nº 4.752/2012, o programa estabelece mecanismos para a aquisição direta de produtos agropecuários, extrativistas, manufaturados e artesanais provenientes da agricultura familiar, de suas organizações, de povos e comunidades tradicionais e de beneficiários da reforma agrária. Ao aproximar a produção local da demanda dos órgãos públicos distritais, o PAPA/DF amplia as oportunidades de comercialização e fortalece a inserção das cooperativas e associações em mercados institucionais (Troian *et al.*, 2020).

No âmbito do Distrito Federal, o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA/DF) representa uma importante iniciativa de fortalecimento da agricultura familiar ao reconhecer o poder público como um potencial comprador da produção local. Ao estabelecer mecanismos de aquisição direta, o programa amplia as oportunidades de comercialização para agricultores familiares e suas organizações, reduzindo, em certa medida, a dependência de intermediários e oferecendo maior previsibilidade quanto à demanda. Essa estabilidade é especialmente relevante para as cooperativas e associações, pois favorece o planejamento da produção, a definição de volumes a serem entregues e o cumprimento dos cronogramas estabelecidos pelos contratos públicos. Além disso, ao exigir padrões mínimos de qualidade e regularidade no fornecimento, o programa também estimula a organização coletiva e o aprimoramento da gestão das organizações.

A experiência do PAPA/DF integra um conjunto mais amplo de políticas públicas voltadas à comercialização da agricultura familiar. Entre os diferentes canais de venda disponíveis, os mercados institucionais passaram a ocupar posição estratégica por oferecerem alternativas mais estáveis e previsíveis para o escoamento da produção. Nesse sentido, a criação de programas públicos destinados à aquisição de alimentos representou um avanço importante nas políticas de desenvolvimento rural, uma vez que aproximou a produção da agricultura familiar da demanda do próprio Estado. É nesse contexto que se inserem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reconhecidos como instrumentos fundamentais para ampliar as oportunidades de comercialização e fortalecer economicamente os agricultores familiares.

Entre essas iniciativas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) destaca-se por reunir objetivos que vão além da simples compra da produção agrícola. Ao mesmo tempo em que incentiva a produção e a comercialização da agricultura familiar, o programa contribui para o fortalecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional, destinando os alimentos adquiridos a equipamentos públicos, instituições socioassistenciais e outras ações voltadas ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, o PAA estabelece uma conexão entre produção agrícola, abastecimento alimentar e promoção de direitos sociais (Oliveira; Assis, 2019).

Os efeitos desse programa, entretanto, não se limitam ao momento da venda. A existência de um comprador institucional proporciona maior previsibilidade da demanda, permitindo que agricultores e organizações coletivas planejem a produção com mais segurança e organizem melhor sua oferta ao longo do ano. Essa estabilidade favorece a diversificação das culturas, reduz as incertezas inerentes ao mercado e incentiva a produção de alimentos locais e agroecológicos, valorizando as características produtivas de cada território. Estudos que avaliam o PAA também apontam que seus resultados extrapolam a dimensão econômica, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, para a construção de mercados mais inclusivos e para o enfrentamento da insegurança alimentar.

Nesse sentido, programas como o PAPA/DF e o PAA demonstram que as compras públicas podem desempenhar um papel decisivo no fortalecimento das cooperativas e associações da agricultura familiar. Contudo, para que seus benefícios alcancem um número cada vez maior de organizações, é fundamental que essas políticas sejam acompanhadas por investimentos em assistência técnica, infraestrutura, qualificação da gestão e organização coletiva, criando condições para que agricultores familiares participem desses mercados em igualdade de oportunidades e consolidem processos duradouros de desenvolvimento rural.

Entre as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ocupa posição de destaque por articular o abastecimento da rede pública de ensino com a promoção do desenvolvimento local. Além de garantir alimentação aos estudantes da educação básica, o programa incentiva a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, valorizando produtos diversificados, compatíveis com os hábitos alimentares regionais e obtidos por meio de práticas produtivas sustentáveis. Dessa forma, o PNAE amplia as oportunidades de comercialização para agricultores familiares e fortalece os vínculos entre produção, alimentação e desenvolvimento dos territórios rurais (Bicalho; Lima. 2020).

Desde a promulgação da Lei nº 11.947/2009, o programa passou a reservar parte dos recursos destinados à alimentação escolar para a aquisição direta de produtos da agricultura familiar. Inicialmente, o artigo 14 estabeleceu que, no mínimo, **30%** dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deveriam ser destinados a esse fim. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 15.226/2025, esse percentual foi ampliado para 45%, reforçando o compromisso do Estado com o fortalecimento da agricultura familiar e ampliando as possibilidades de inserção dessas organizações nos mercados institucionais (Bicalho; Lima. 2020).

Entre essas alternativas, os circuitos curtos de comercialização vêm ganhando destaque por promoverem uma relação mais direta entre quem produz e quem consome os alimentos. Conforme destacam Rover e Darolt (2021), essa modalidade reduz a intermediação comercial, valoriza a origem dos produtos e fortalece atributos como qualidade, identidade territorial e confiança entre produtores e consumidores. Além dos benefícios econômicos, essa aproximação favorece o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos agricultores familiares e contribui para fortalecer os vínculos entre produção, consumo e desenvolvimento local.

A ampliação das oportunidades de comercialização também está diretamente relacionada à capacidade de agregar valor aos produtos da agricultura familiar. Nesse sentido, o beneficiamento da produção, o processamento de alimentos e a oferta de produtos diferenciados representam alternativas importantes para aumentar a remuneração dos agricultores e ampliar sua competitividade. Essa estratégia ganha ainda mais relevância quando associada aos princípios da agroecologia. De acordo com Altieri (2024), sistemas produtivos diversificados e adaptados às características locais favorecem a valorização da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das especificidades de cada território. Como resultado, abrem-se novas possibilidades de inserção em mercados que reconhecem atributos

relacionados à qualidade dos alimentos, à sustentabilidade da produção e à identidade territorial.

Como argumenta Sauer (2010), a reforma agrária somente alcança seus objetivos quando a redistribuição da terra é acompanhada por políticas públicas capazes de garantir condições efetivas para que as famílias produzam, comercializem seus produtos e permaneçam no campo. O acesso à terra, embora represente um passo fundamental, não é suficiente para assegurar a consolidação dos assentamentos. Para que esses espaços se tornem social e economicamente sustentáveis, é necessário que os agricultores disponham de infraestrutura adequada, assistência técnica, acesso ao crédito, mecanismos de organização coletiva e oportunidades concretas de inserção nos mercados consumidores. Nesse contexto, a comercialização assume um papel central, pois é por meio dela que a produção agrícola se converte em renda, fortalecendo as condições de reprodução social e econômica das famílias assentadas.

2.3 Sobra sociais e fortalecimento das organizações coletivas

As organizações coletivas desempenham um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar, não apenas por ampliarem as possibilidades de comercialização da produção, mas também por favorecerem o acesso às políticas públicas e fortalecerem a articulação entre os agricultores. Contudo, sua contribuição não pode ser avaliada exclusivamente pelos resultados financeiros obtidos com a venda dos produtos. Os impactos gerados por essas organizações ultrapassam a dimensão econômica e se refletem em melhorias na capacidade produtiva, na organização do trabalho, na formação dos agricultores e no fortalecimento das relações comunitárias. É esse conjunto de benefícios que, nesta pesquisa, é compreendido como sobras sociais (Thibes *et al.*, 2020).

Essa perspectiva amplia a forma tradicional de compreender os resultados das cooperativas e associações. Em vez de considerar apenas os recursos financeiros gerados pelas atividades econômicas, o conceito de sobras sociais reconhece que parte significativa desses resultados retorna às próprias comunidades na forma de investimentos coletivos. Diferentemente das empresas convencionais, cujo principal objetivo é remunerar o capital investido, as organizações da agricultura familiar tendem a direcionar parte de seus recursos para ações que fortalecem a produção, aprimoram a infraestrutura e criam melhores condições para a comercialização. Dessa maneira, os benefícios produzidos pela atividade econômica

permanecem no território e contribuem para o desenvolvimento das próprias organizações e das famílias que delas participam (Thibes *et al.*, 2020).

Nesse contexto, as sobras sociais assumem um papel estratégico, pois representam recursos que podem ser reinvestidos em diferentes frentes de atuação. Entre elas, destacam-se a aquisição de equipamentos, a ampliação das unidades de beneficiamento, a melhoria das estruturas de armazenamento e transporte, a realização de cursos de capacitação, a contratação de assistência técnica, a implantação de sistemas de gestão e o aperfeiçoamento dos processos de comercialização. Ao serem aplicados nessas áreas, esses investimentos fortalecem a capacidade de atuação das cooperativas e associações, ampliam sua competitividade e criam condições mais favoráveis para a geração de renda e a permanência das famílias nos assentamentos (Silva; Medeiros, 2020).

Mais do que representar um excedente financeiro, as sobras sociais expressam a própria lógica do cooperativismo e do associativismo, baseada na cooperação, na solidariedade e no compromisso com o desenvolvimento coletivo. Ao retornarem às comunidades sob a forma de novos investimentos, esses recursos contribuem para fortalecer a autonomia das organizações, ampliar sua capacidade de planejamento e consolidar processos de desenvolvimento rural que beneficiam não apenas os cooperados, mas também os territórios onde essas experiências estão inseridas. Dessa forma, o conceito de sobras sociais evidência que os resultados das organizações coletivas devem ser compreendidos em uma perspectiva mais ampla, que articula dimensões econômicas, sociais, organizacionais e territoriais (Silva; Medeiros, 2020).

Outro aspecto importante diz respeito à formação permanente dos cooperados, frequentemente viabilizada com recursos provenientes dessas sobras. A realização de cursos, intercâmbios, atividades de assistência técnica e capacitações em áreas como gestão, comercialização, planejamento da produção e legislação cooperativista amplia as competências dos agricultores e fortalece a capacidade de organização das cooperativas. Sob essa perspectiva, a formação deixa de ser entendida como uma despesa administrativa e passa a ser reconhecida como um investimento estratégico, capaz de aprimorar a gestão, ampliar a autonomia dos cooperados e qualificar a participação das organizações nos diferentes mercados (Oliveira; Bertolini, 2022).

Além de fortalecer as capacidades técnicas e administrativas, esses processos formativos contribuem para consolidar uma cultura de participação e corresponsabilidade entre os membros das organizações. À medida que os agricultores ampliam seus conhecimentos e participam mais ativamente das decisões coletivas, fortalecem-se também a

gestão democrática, a autogestão e o compromisso com os objetivos comuns da cooperativa. Dessa forma, as sobras sociais deixam de representar apenas recursos financeiros reinvestidos na organização e passam a expressar um processo contínuo de fortalecimento institucional, capaz de articular desenvolvimento econômico, formação humana e construção de autonomia coletiva (Oliveira; Bertolini, 2022).

Diante dessas considerações, nesta pesquisa as sobras sociais são compreendidas como um dos principais resultados produzidos pelas organizações coletivas, uma vez que expressam a capacidade de transformar os recursos gerados pelas atividades econômicas em benefícios que retornam às próprias comunidades. Ao serem reinvestidas em infraestrutura, formação, assistência técnica, organização da produção e fortalecimento da comercialização, essas sobras impulsionam novos ciclos de desenvolvimento, ampliando as oportunidades de geração de renda e fortalecendo a capacidade de atuação das cooperativas e associações. Mais do que representar um resultado financeiro, as sobras sociais evidenciam a função social do cooperativismo e do associativismo na agricultura familiar. Ao promover melhorias que beneficiam tanto as organizações quanto as famílias agricultoras, esses investimentos contribuem para consolidar processos de desenvolvimento rural fundamentados na cooperação, na participação coletiva e na valorização do trabalho no campo. Assim, fortalecem a autonomia das comunidades, ampliam suas possibilidades de permanência nos assentamentos e reforçam o papel das organizações coletivas na construção de um desenvolvimento rural mais sustentável, inclusivo e socialmente comprometido.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, por buscar compreender os desafios enfrentados por cooperativas e associações vinculadas aos assentamentos da reforma agrária no Distrito Federal, especialmente no que se refere à organização e à comercialização de seus produtos. A escolha dessa abordagem justifica-se pela natureza do objeto investigado, que envolve experiências, percepções, práticas organizativas e relações institucionais construídas no cotidiano dessas organizações. Esses aspectos dificilmente poderiam ser apreendidos apenas por indicadores quantitativos, uma vez que exigem a compreensão dos significados atribuídos pelos próprios sujeitos às suas vivências. Nesse sentido, Flick (2008) destaca que a pesquisa qualitativa possibilita interpretar os fenômenos sociais a partir do contexto em que ocorrem e das experiências compartilhadas pelos participantes.

Além da abordagem qualitativa, a pesquisa possui caráter descritivo, pois busca caracterizar as organizações investigadas quanto à sua estrutura institucional, formas de gestão, perfil dos associados, produtos comercializados, canais de venda e relação com as políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Ao mesmo tempo, assume caráter exploratório, uma vez que procura aprofundar a compreensão de uma realidade ainda pouco sistematizada, especialmente em relação aos desafios técnicos, administrativos e comerciais enfrentados pelas cooperativas e associações vinculadas à reforma agrária no Distrito Federal. Assim, a combinação dessas abordagens permitiu não apenas descrever as características das organizações, mas também compreender os fatores que influenciam seu funcionamento e sua inserção nos diferentes mercados.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto "Cooperativismo e Associativismo em Áreas de Reforma Agrária: Potencialidades e Desafios", executado pela Universidade de Brasília (UnB), em cooperação técnica com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 135/2023/INCRA-UnB. A inserção da pesquisa nesse projeto proporcionou o acesso às organizações investigadas e possibilitou que a análise dialogasse com uma iniciativa institucional voltada ao fortalecimento do cooperativismo e do associativismo em áreas de reforma agrária. Para alcançar os objetivos propostos, foram articulados procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, permitindo relacionar o referencial teórico às

evidências empíricas produzidas durante a investigação. Essa estratégia metodológica possibilitou compreender os desafios vivenciados pelas organizações a partir de uma perspectiva que integra teoria e prática, contribuindo para uma análise mais consistente da realidade estudada.

3.2 Delimitação espacial e sujeitos da pesquisa

O recorte espacial desta pesquisa compreende o Distrito Federal, tendo como foco cooperativas e associações vinculadas à agricultura familiar e aos assentamentos da reforma agrária. A escolha desse território está relacionada à presença de organizações coletivas que desempenham papel relevante na produção e comercialização de alimentos, atuando por meio de diferentes canais de escoamento, como feiras livres, vendas diretas ao consumidor, mercados institucionais e outras formas de comercialização. Além disso, o Distrito Federal reúne experiências que permitem analisar os desafios e as potencialidades dessas organizações em um contexto marcado pela diversidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Quanto aos participantes, a seleção foi realizada de forma intencional, considerando sua atuação nas cooperativas e associações e o conhecimento acumulado sobre os processos de gestão, produção e comercialização. Assim, foram priorizados dirigentes, representantes, cooperados e associados que participavam diretamente das atividades administrativas, produtivas ou comerciais, por serem aqueles que vivenciam cotidianamente o funcionamento das organizações. A escolha desse grupo possibilitou reunir informações qualificadas sobre a dinâmica institucional, os principais desafios enfrentados e as estratégias adotadas para ampliar o acesso aos diferentes mercados.

Cabe destacar que o objetivo da pesquisa não foi construir uma amostra estatisticamente representativa das cooperativas e associações existentes no Distrito Federal. Em vez disso, buscou-se selecionar participantes cujas experiências e trajetórias pudessem contribuir para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado. Dessa forma, a relevância das informações obtidas esteve diretamente relacionada à experiência dos participantes com o objeto de estudo, permitindo interpretar os resultados a partir das práticas e dos desafios vivenciados pelas organizações pesquisadas.

3.3 Etapas da pesquisa

A investigação foi desenvolvida em quatro etapas complementares, que se articularam ao longo de todo o processo de pesquisa. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre temas relacionados ao cooperativismo, associativismo, agricultura familiar, reforma agrária, economia solidária, mercados institucionais, comercialização e desenvolvimento rural. Essa etapa foi fundamental para a construção do referencial teórico da pesquisa e para a definição das categorias analíticas que orientaram a interpretação dos dados obtidos durante o trabalho de campo.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida ao longo dos anos de 2025 e 2026, envolvendo a busca, seleção, leitura e sistematização de produções acadêmicas relacionadas aos temas que fundamentam esta investigação. Como recurso complementar nesse processo, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa, especificamente Gemini[1], NotebookLM[2] e ChatGPT[3], como apoio à pesquisa bibliográfica, à organização das informações levantadas e à revisão textual. O uso dessas ferramentas ocorreu de forma auxiliar, sem substituir a leitura das fontes consultadas, a análise crítica do pesquisador ou as decisões relacionadas à construção teórica e metodológica do estudo. As referências e informações incorporadas à dissertação foram verificadas nas fontes utilizadas, permanecendo sob responsabilidade do pesquisador a seleção, interpretação e redação final do conteúdo.

Em seguida, foi realizada a pesquisa documental, com a análise de documentos institucionais, legislações, relatórios, normas e materiais produzidos no âmbito do projeto desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A consulta a essas fontes possibilitou compreender o contexto institucional em que as cooperativas e associações estão inseridas, bem como identificar as principais políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos assentamentos da reforma agrária.

Na terceira etapa, desenvolveu-se a pesquisa de campo junto às organizações e aos seus representantes. Para a coleta das informações, foram utilizados questionários semiestruturados, entrevistas e observações realizadas durante as visitas às cooperativas e

[1] Gemini: ferramenta de inteligência artificial generativa desenvolvida pelo Google, utilizada como recurso auxiliar para pesquisa e organização de informações. Disponível em: https://gemini.google.com/.

[2] NotebookLM: ferramenta do Google voltada à organização, exploração e síntese de informações a partir de fontes fornecidas pelo usuário, utilizada como apoio à revisão bibliográfica. Disponível em: https://notebook.google.com/.

[3] ChatGPT: ferramenta de inteligência artificial generativa desenvolvida pela OpenAI, utilizada como apoio à pesquisa, organização de informações e revisão textual. Disponível em: https://chatgpt.com/.

associações. Esses procedimentos permitiram conhecer, de forma mais próxima, a dinâmica de funcionamento das organizações, suas estratégias de comercialização, os desafios enfrentados e as relações estabelecidas entre os agricultores familiares e as diferentes formas de organização coletiva.

Por fim, procedeu-se à organização, sistematização e análise dos dados produzidos ao longo da pesquisa. As informações coletadas foram agrupadas em categorias temáticas, comparadas entre si e interpretadas à luz do referencial teórico construído nas etapas anteriores. Esse processo possibilitou estabelecer um diálogo entre as evidências empíricas e a literatura especializada, contribuindo para responder aos objetivos da pesquisa e compreender, de maneira mais ampla, os desafios e as potencialidades das cooperativas e associações investigadas.

3.4 Instrumentos de coletas de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de três instrumentos principais: questionário semiestruturado, entrevistas e observação de campo. A utilização combinada desses procedimentos permitiu reunir informações de diferentes naturezas e confrontar as percepções dos participantes com as evidências observadas durante o trabalho de campo, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da realidade investigada.

Como instrumento principal, foi elaborado um questionário semiestruturado, composto por questões fechadas e abertas, aplicado aos membros das cooperativas e associações participantes da pesquisa. As questões fechadas tiveram como finalidade levantar informações estruturadas sobre aspectos relacionados à comercialização da produção, ao acesso ao crédito, aos principais entraves enfrentados pelas organizações e ao acesso às políticas públicas voltadas à comercialização e à assistência técnica. Esses dados possibilitaram traçar um panorama das condições de funcionamento das organizações e identificar tendências comuns entre os participantes.

Complementando essas informações, as questões abertas ofereceram aos respondentes a oportunidade de relatar suas experiências e percepções acerca do cotidiano das cooperativas e associações. Foram abordados temas como as práticas produtivas, o uso dos recursos naturais, as relações estabelecidas entre os membros das organizações e a articulação com programas governamentais voltados ao fortalecimento da agricultura familiar. Essa estratégia possibilitou aprofundar aspectos que não poderiam ser captados apenas por respostas

padronizadas, permitindo compreender melhor os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências e aos desafios vivenciados no contexto da pesquisa.

As entrevistas desempenharam papel fundamental na pesquisa, pois permitiram aprofundar aspectos que não poderiam ser plenamente compreendidos apenas por meio das respostas estruturadas dos questionários. Esse procedimento possibilitou esclarecer informações, explorar situações específicas vivenciadas pelos participantes e compreender como dirigentes, cooperados e representantes das organizações interpretam os desafios relacionados à gestão, à produção e à comercialização. Dessa forma, as entrevistas complementaram os dados quantitativos e contribuíram para uma análise mais aprofundada da realidade investigada.

A pesquisa de campo foi realizada junto a cooperativas e associações vinculadas à reforma agrária localizadas no Distrito Federal. Parte das informações foi obtida com representantes de associações que comercializam seus produtos na Feira Ponta Norte, situada na SQN 216 Norte, em Brasília. Além disso, foram entrevistados representantes de cooperativas localizadas em Planaltina (DF), ampliando a diversidade de experiências contempladas na investigação. A escolha dessas organizações levou em consideração sua atuação na comercialização da produção agrícola e sua participação em iniciativas de organização coletiva, aspectos diretamente relacionados aos objetivos desta pesquisa.

Para a coleta das informações, foram utilizados diferentes procedimentos metodológicos de forma complementar. Além da revisão bibliográfica e documental, que subsidiou a construção do referencial teórico e a contextualização do objeto de estudo, recorreu-se ao levantamento de informações secundárias e à aplicação de um questionário semiestruturado. A combinação desses instrumentos permitiu reunir dados de naturezas distintas e estabelecer um diálogo entre as evidências empíricas e o conhecimento produzido pela literatura especializada.

Antes do início da coleta, todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a finalidade do estudo e a forma de utilização das informações fornecidas. Em seguida, foi aplicado o questionário semiestruturado, disponibilizado em formulário eletrônico, o que facilitou o registro e a sistematização das respostas. Sempre que surgiam questões que demandavam maior aprofundamento ou esclarecimento, eram realizadas perguntas complementares durante as entrevistas, permitindo explorar aspectos que não haviam sido suficientemente detalhados no questionário. Esse procedimento contribuiu para ampliar a consistência dos dados e compreender, com maior profundidade, as experiências e percepções dos participantes acerca das organizações investigadas.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

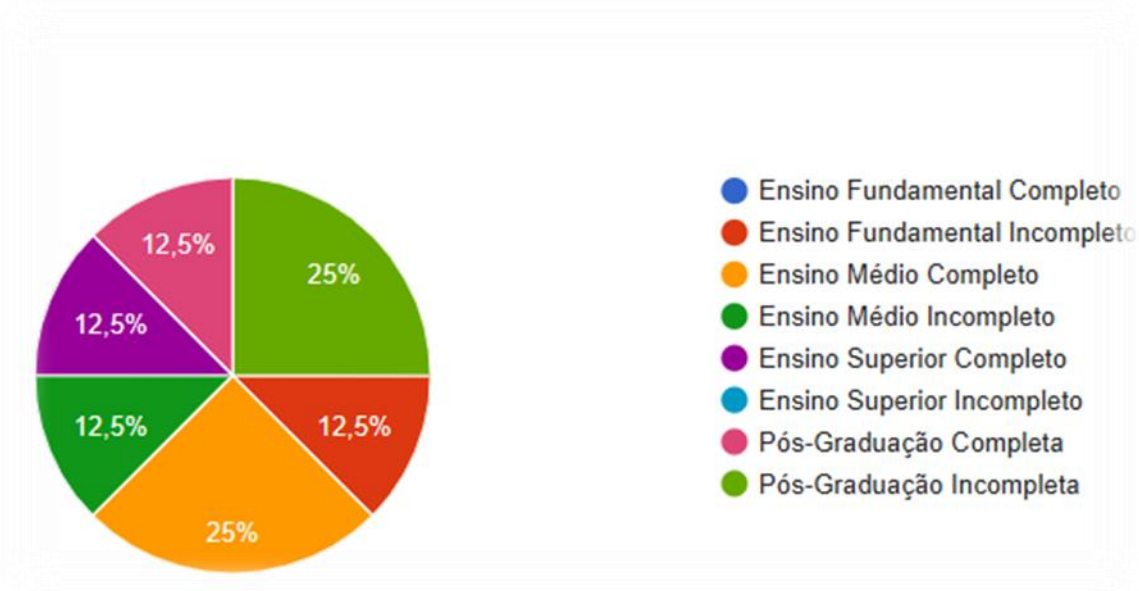
4.1 Escolaridade

Os dados coletados foram organizados em categorias temáticas previamente definidas a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico. Posteriormente, realizou-se análise de conteúdo, buscando identificar padrões, convergências e particularidades presentes nos relatos dos participantes.

A interpretação dos resultados foi orientada por categorias analíticas relacionadas à organização coletiva, comercialização, gestão, acesso às políticas públicas, assistência técnica, infraestrutura, geração de renda e fortalecimento institucional das cooperativas e associações. Os dados quantitativos obtidos por meio dos questionários foram sistematizados em gráficos e tabelas para facilitar sua descrição, enquanto os dados qualitativos provenientes das entrevistas subsidiaram a interpretação dos resultados à luz da literatura especializada.

Os níveis de escolaridade dos dois grupos de identificados foram equilibrados: 25% possuíam ensino superior e os outros 25% ensino médio. A presença de membros com pós-graduação (12,5%) demonstra o nível de conhecimento técnico que pode apoiar a gestão, embora a “falta de formação e educação geral” ainda seja considerada o maior desafio interno. Como demostrado na figura 1.

Figura 1 – Escolaridade



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os resultados relativos à escolaridade demonstram que o desenvolvimento das cooperativas não depende exclusivamente da formação escolar formal. A participação nas organizações coletivas favorece processos permanentes de aprendizagem, possibilitando que agricultores desenvolvam conhecimentos relacionados à gestão, planejamento produtivo, comercialização, elaboração de projetos e acesso às políticas públicas. Dessa forma, cooperativas e associações constituem importantes espaços de construção da autonomia intelectual dos agricultores, permitindo que os cooperados ampliem sua capacidade de interpretar normas, participar das decisões coletivas e dialogar com instituições públicas. Na perspectiva desta pesquisa, essa autonomia representa elemento fundamental para o fortalecimento das organizações e para sua inserção em mercados cada vez mais exigentes.

Embora os dados revelem a presença de membros com diferentes níveis de escolaridade, eles também demonstram que a formação acadêmica, por si só, não garante o fortalecimento das organizações coletivas. Como argumenta Bialoskorski Neto (2006), o desempenho das cooperativas está diretamente relacionado à capacidade de seus membros desenvolverem competências em gestão, planejamento, organização e participação democrática. Nesse sentido, a qualificação dos cooperados constitui um elemento estratégico para ampliar a eficiência administrativa e fortalecer a sustentabilidade das organizações.

Ao mesmo tempo, os resultados reforçam que boa parte dos conhecimentos mobilizados no cotidiano das cooperativas é construída na própria experiência organizativa. Conforme destaca Singer (2003), a economia solidária e o cooperativismo constituem espaços permanentes de aprendizagem, nos quais os participantes desenvolvem capacidades relacionadas à gestão coletiva, à tomada de decisões e à resolução de problemas comuns. Assim, a formação ocorre não apenas por meio da educação formal, mas também pelas práticas de cooperação e pela participação nas atividades da organização.

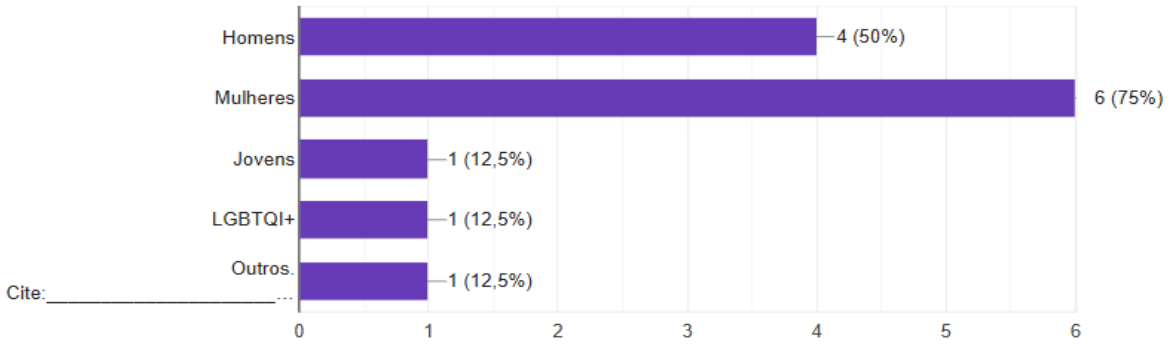
Essa perspectiva também dialoga com as reflexões de Abramovay (2003**)**, ao afirmar que o fortalecimento da agricultura familiar depende da construção de capital social e da capacidade dos agricultores de atuarem coletivamente. A participação em cooperativas e associações amplia o acesso à informação, fortalece a confiança entre os membros e favorece a aprendizagem sobre planejamento da produção, comercialização, elaboração de projetos e acesso às políticas públicas.

Entretanto, as entrevistas também evidenciam que ainda existem limitações relacionadas à qualificação dos dirigentes e dos demais cooperados. Esse resultado confirma a necessidade de ampliar investimentos em processos permanentes de formação cooperativista, assistência técnica e capacitação em gestão, aspecto já defendido por Sauer (2010) ao discutir

que o fortalecimento da reforma agrária depende não apenas do acesso à terra, mas também de políticas públicas voltadas à organização produtiva, à formação dos agricultores e ao fortalecimento institucional das organizações coletivas.

4.2 Perfil dos membros/sócios ativos

Figura 2 – Perfil dos membros/sócios ativos



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os dados apresentados na Figura 2 revelam que as organizações pesquisadas possuem uma participação expressiva de mulheres, presentes em 75% das respostas, enquanto a participação masculina supera 50%. Também foi identificada a presença de jovens e de integrantes da comunidade LGBTQIA+, ainda que em menor proporção (12,5% cada), indicando que essas organizações reúnem diferentes perfis sociais e geracionais. Esse resultado demonstra que cooperativas e associações constituem espaços de participação relativamente diversificados, nos quais distintos grupos sociais contribuem para a organização da produção e da comercialização.

A expressiva presença feminina merece destaque, sobretudo porque historicamente as mulheres desempenham papel central na agricultura familiar, embora nem sempre tenham sua atuação reconhecida nos processos de gestão e nas decisões das organizações. Os resultados desta pesquisa indicam que sua participação ultrapassa o trabalho produtivo, envolvendo também atividades administrativas, processos decisórios e estratégias de comercialização. Essa atuação amplia a capacidade organizativa das cooperativas e fortalece os processos coletivos, aspecto que dialoga com a compreensão de Schneider (2003) sobre a importância da agricultura familiar como espaço de reprodução social e de construção de estratégias coletivas de desenvolvimento rural.

Além da diversidade do perfil social, os resultados evidenciam que cooperativas e associações funcionam como importantes espaços de formação e aprendizagem. A participação cotidiana nas assembleias, reuniões, processos de comercialização e atividades de gestão possibilita que os agricultores desenvolvam conhecimentos relacionados ao planejamento da produção, à administração das organizações, à elaboração de projetos e ao acesso às políticas públicas. Nesse sentido, a aprendizagem não ocorre exclusivamente por meio da educação formal, mas também pela troca de experiências e pela vivência cotidiana da cooperação.

Essa interpretação aproxima-se das reflexões de Singer (2003), para quem os empreendimentos da economia solidária constituem espaços permanentes de formação, nos quais os trabalhadores desenvolvem competências relacionadas à autogestão, à participação democrática e à construção coletiva das decisões. De forma semelhante, Bialoskorski (2006) destaca que a sustentabilidade das cooperativas depende da qualificação contínua de seus membros e da capacidade de organizar processos de gestão participativa, fortalecendo o compromisso dos cooperados com os objetivos comuns da organização.

Os resultados também permitem compreender que a diversidade dos níveis de escolaridade identificados anteriormente não representa, por si só, um obstáculo ao funcionamento das organizações. Ao contrário, demonstram que boa parte dos conhecimentos necessários à gestão cooperativa é construída na prática cotidiana. A convivência entre agricultores com diferentes experiências favorece a circulação de saberes e amplia a capacidade coletiva de interpretar normas, elaborar projetos, acessar políticas públicas e negociar com diferentes mercados.

Sob essa perspectiva, a participação dos cooperados fortalece sua autonomia intelectual. À medida que os agricultores passam a compreender melhor o funcionamento das cooperativas, das políticas públicas e dos mercados consumidores, torna-se menos dependentes de agentes externos para interpretar editais, planejar a produção, organizar a comercialização ou tomar decisões administrativas. Essa construção da autonomia está diretamente relacionada ao fortalecimento do capital social das organizações, aspecto destacado por Abramovay (2003) como elemento fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a consolidação de estratégias coletivas de inserção nos mercados.

Entretanto, os resultados também indicam que a autonomia construída pelas organizações não elimina a necessidade de apoio institucional. Os entrevistados apontaram a importância da assistência técnica, da formação continuada e da qualificação em áreas como gestão financeira, contabilidade, legislação sanitária e elaboração de projetos destinados aos

mercados institucionais. Nesse aspecto, a assistência técnica deve ser compreendida como um instrumento de fortalecimento das capacidades já existentes nas organizações, e não como substituição dos conhecimentos produzidos pelos próprios agricultores.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa refere-se ao papel dos cooperados na condução das organizações. A participação dos membros não se restringe ao fornecimento da produção, abrangendo também a presença em assembleias, o planejamento das atividades, a definição das estratégias de comercialização e o acompanhamento da gestão administrativa. Esse envolvimento fortalece os princípios democráticos do cooperativismo e amplia o compromisso dos associados com os objetivos coletivos da organização.

Contudo, a responsabilidade pelo desempenho das cooperativas não pode ser atribuída exclusivamente aos agricultores. Conforme argumenta Sauer (2010), o fortalecimento das organizações da reforma agrária depende da articulação entre participação social, políticas públicas, assistência técnica, acesso ao crédito e investimentos em infraestrutura. Assim, embora o protagonismo dos cooperados seja indispensável, a consolidação dessas organizações também requer a atuação permanente do Estado e das instituições de apoio à agricultura familiar.

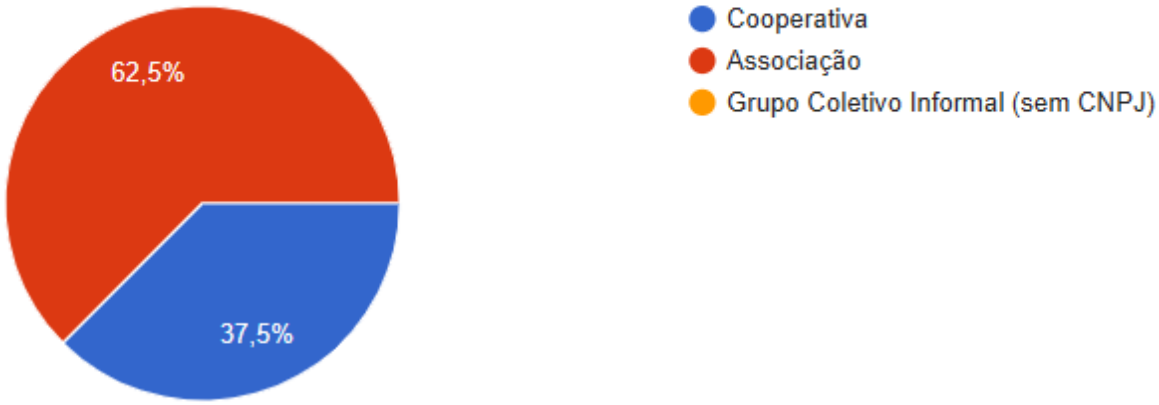
Os resultados obtidos confirmam, portanto, que o perfil dos membros constitui um dos principais ativos das cooperativas e associações pesquisadas. A diversidade de experiências, a participação democrática e os processos permanentes de aprendizagem fortalecem a capacidade organizativa dessas instituições e ampliam suas possibilidades de inserção nos mercados. Ao mesmo tempo, evidenciam que o desenvolvimento dessas organizações depende da combinação entre o protagonismo dos agricultores e políticas públicas capazes de garantir condições efetivas para sua consolidação.

4.3 Caracterização jurídica e estrutura organizacional

Os tipos de organizações produtivas dividem-se em associações (62,5%) e cooperativas (37,5%). Apesar dessa formalização, a gestão ainda é caracterizada pela centralização, com 50% dos entrevistados ocupando cargos no conselho administrativo ou na gestão. Contudo, os fundamentos democráticos parecem estar preservados nas fileiras desses líderes, visto que 87,5% apoiam eleições diretas com mandatos específicos. Qualitativamente, o projeto de pesquisa enfatiza que a organização coletiva é “a essência da cooperação” para reduzir custos e aumentar o poder de negociação. No entanto, a documentação continua sendo um problema: apenas cerca de 50% dos livros contábeis foram atualizados e, embora 87,5%

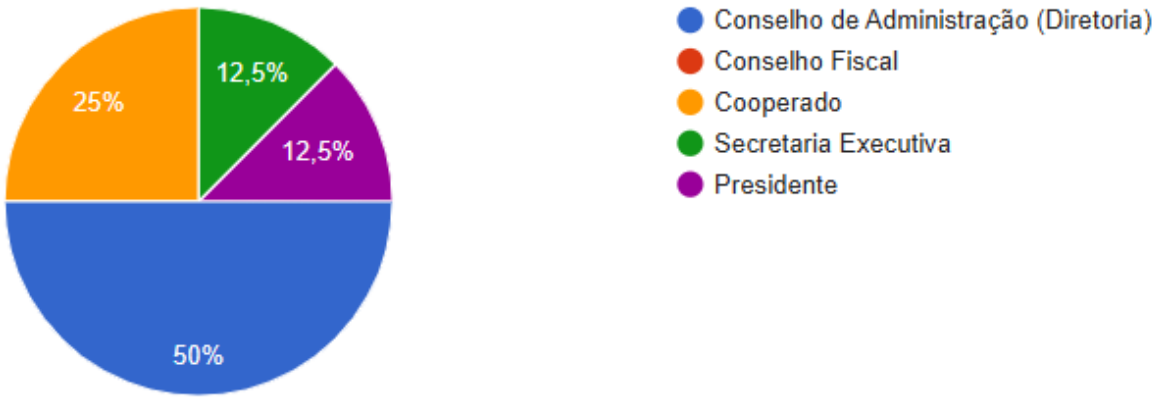
possuam CNPJ válido, manter dois comprovantes de reembolso era uma constante dificuldade para as organizações. Com apresentados nas Figuras 3 e 4.

Figura 3 – Caracterização jurídica e estrutura organizacional



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 4 – Caracterização Jurídica e Estrutura Organizacional



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os dados também revelam que a maioria das organizações possui Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) regularizado, condição indispensável para acessar políticas públicas, participar de chamadas públicas e estabelecer contratos com órgãos governamentais e compradores privados. Entretanto, parte dos entrevistados relatou dificuldades relacionadas à atualização dos livros contábeis e ao atendimento das exigências documentais, evidenciando que a regularização jurídica não elimina os desafios administrativos enfrentados pelas organizações.

Essa realidade reforça que a constituição formal de uma cooperativa ou associação representa apenas uma etapa do processo de organização coletiva. Conforme discutem Cançado e Gontijo (2004), os princípios cooperativistas vão além da existência de personalidade jurídica, pois pressupõem gestão democrática, participação dos associados e compromisso com os interesses coletivos. Assim, o funcionamento efetivo dessas organizações depende não apenas da formalização legal, mas também da capacidade de seus membros de participar das decisões e compartilhar responsabilidades.

Essa interpretação também encontra respaldo em Reisdorfer (2014), ao destacar que a estrutura organizacional das cooperativas deve combinar eficiência administrativa com participação democrática. A existência de conselhos, assembleias e processos eleitorais fortalece a transparência da gestão e amplia o envolvimento dos cooperados nas decisões estratégicas da organização, aspecto observado nas cooperativas e associações investigadas nesta pesquisa.

Do ponto de vista jurídico, os resultados dialogam diretamente com a Lei nº 5.764/1971, que estabelece a gestão democrática como um dos princípios fundamentais do cooperativismo brasileiro. Ao prever assembleias, eleições periódicas e igualdade de participação entre os cooperados, a legislação busca assegurar que as decisões sejam construídas coletivamente, fortalecendo o compromisso dos associados com os objetivos da organização.

Além da legislação cooperativista, as recentes políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar também atribuem papel estratégico às organizações coletivas. O Decreto nº 12.088/2024, que instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, do Associativismo e dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar, reconhece cooperativas e associações como instrumentos fundamentais para ampliar a inclusão produtiva, fortalecer a gestão e facilitar o acesso às políticas públicas. Da mesma forma, a Lei nº 15.068/2024, que instituiu o Sistema Nacional de Economia Solidária, reforça a importância dessas organizações como espaços de produção, participação democrática e desenvolvimento territorial.

Sob a perspectiva sociológica, Diani e Bison (2010**)** destacam que organizações coletivas desempenham funções que ultrapassam a dimensão econômica, constituindo espaços de articulação social, construção de identidades e mobilização de interesses comuns. Essa interpretação ajuda a compreender por que as associações pesquisadas assumem funções relacionadas à representação política das comunidades, enquanto as cooperativas concentram suas atividades na organização da produção e da comercialização.

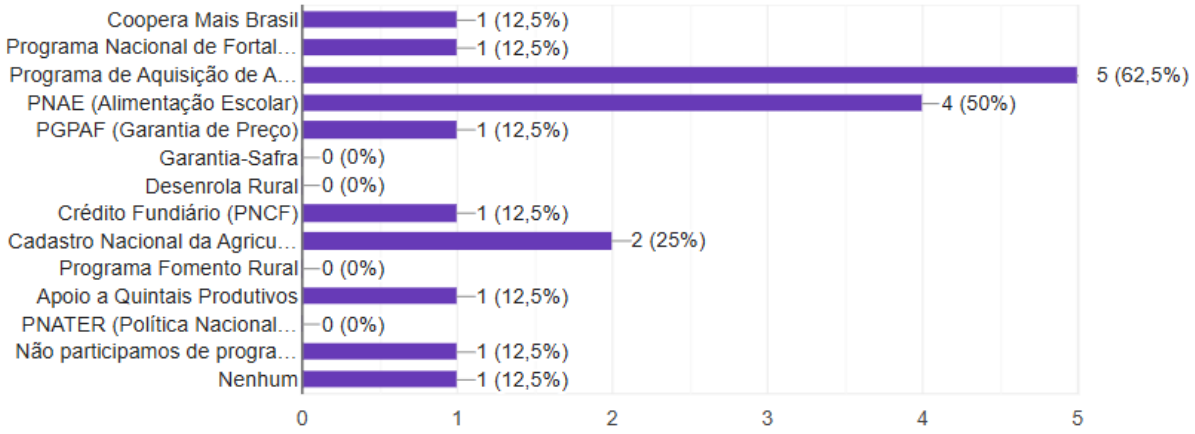
Essa dinâmica também pode ser compreendida a partir das reflexões de Warren (2021), para quem a participação em organizações democráticas fortalece a capacidade dos indivíduos de deliberar coletivamente, compartilhar responsabilidades e construir soluções para problemas comuns. Os resultados desta pesquisa mostram que, mesmo diante das dificuldades administrativas, as cooperativas e associações mantêm mecanismos de participação que contribuem para fortalecer o compromisso dos membros com a gestão e com os objetivos coletivos.

Entretanto, a pesquisa evidencia que a consolidação dessas organizações ainda depende de investimentos em qualificação administrativa, assistência técnica e apoio institucional. As dificuldades relacionadas à gestão documental, à organização contábil e ao atendimento das exigências legais demonstram que o fortalecimento das cooperativas não depende apenas da participação dos associados, mas também da existência de políticas públicas capazes de apoiar sua estruturação institucional e ampliar sua capacidade de atuação nos mercados.

4.4 Programas governamentais e políticas públicas

O acesso às políticas governamentais é um dos dois pilares da estabilidade econômica dos dois assentamentos. O mais acessível é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 62,5% de dois participantes, seguido pelo PNAE (50%). Outros programas, como o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), cobram apenas 25%, o que sugere falta de compreensão ou barreiras burocráticas em outras áreas de políticas públicas. O referencial teórico sugere que a “falta de conhecimento sobre os programas disponíveis” é uma das barreiras estruturais à entrada no mercado. Em termos quantitativos, 12,5% das organizações declararam não ter participado em nenhum programa. Isso aumenta a necessidade de suporte técnico contínuo, pois o sucesso do marketing indireto depende diretamente da capacidade da cooperativa de operar em conjunto com esses mercados institucionais. Vejam as figuras 5.

Figura 5 – Programas governamentais e políticas públicas



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os resultados reforçam que os mercados institucionais vão além da simples comercialização da produção agrícola. Ao participar de programas como o PAA e o PNAE, as cooperativas e associações precisam organizar sua produção, cumprir cronogramas de entrega, atender às exigências sanitárias e manter regularidade documental. Esse processo fortalece a capacidade de gestão das organizações e estimula práticas de planejamento coletivo. Nesse sentido, Santos *et al.* (2022) destacam que a implementação do PNAE exige uma estrutura organizacional capaz de articular produção, gestão e comercialização, fortalecendo o papel das cooperativas e associações na agricultura familiar.

Os dados obtidos também demonstram que o acesso às políticas públicas contribui para ampliar a autonomia das organizações. Essa autonomia, entretanto, não deve ser entendida como independência em relação ao Estado, mas como maior capacidade de planejamento, organização e tomada de decisões. Conforme argumentam Quijada, Cavichioli e Soares (2020), políticas públicas voltadas à agricultura familiar criam condições para que os agricultores ampliem sua capacidade produtiva e reduzam sua vulnerabilidade econômica, fortalecendo sua inserção nos mercados.

Os entrevistados relataram que a participação nos programas governamentais proporciona maior previsibilidade da comercialização e maior segurança para o planejamento da produção. Essa percepção está em consonância com os resultados apresentados por Oliveira e Assis (2019), que identificam o PAA como um instrumento capaz de fortalecer a gestão produtiva das famílias agricultoras, além de contribuir para a segurança alimentar e para a organização da produção coletiva.

No caso do PNAE, os resultados da pesquisa evidenciam que sua importância ultrapassa o volume comercializado. A comercialização para a alimentação escolar permite

maior estabilidade da demanda e incentiva a diversificação da produção agrícola. Troian *et al.* (2020) demonstram que a participação da agricultura familiar no PNAE fortalece as economias locais e amplia as oportunidades de geração de renda, desde que existam organizações capazes de atender às exigências do programa. Da mesma forma, Bicalho e Lima (2020) ressaltam que o PNAE representa uma importante política de garantia do direito humano à alimentação, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar por meio das compras públicas.

Entretanto, os resultados mostram que parte das organizações ainda encontra dificuldades para acessar essas políticas. A baixa participação no CAF e a existência de organizações que não acessam nenhum programa governamental indicam que persistem obstáculos relacionados à burocracia, à informação e à capacidade administrativa. Essa constatação confirma as reflexões de Cazella, Capellesso e Scheiner (2020), segundo as quais muitos agricultores deixam de acessar políticas públicas não pela inexistência dos programas, mas pelas dificuldades em cumprir exigências técnicas, documentais e operacionais.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa refere-se à importância da assistência técnica para viabilizar o acesso às políticas públicas. Os entrevistados destacaram que o apoio na elaboração de projetos, na regularização documental e na organização da produção é fundamental para participar dos mercados institucionais. Essa realidade aproxima-se dos resultados apresentados por Cruz *et al.* (2021), que demonstram que o acesso ao crédito e à assistência técnica permanece um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar brasileira.

Nesse contexto, diferentes instituições públicas exercem funções complementares no fortalecimento das organizações pesquisadas. O INCRA atua na implantação dos assentamentos e no apoio à organização produtiva das famílias beneficiárias da reforma agrária; a EMBRAPA contribui para o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às diferentes realidades produtivas; e a EMATER desempenha papel fundamental na assistência técnica, na extensão rural e na elaboração de projetos voltados ao acesso às políticas públicas. Conforme destaca Vieira Filho (2022), o desenvolvimento tecnológico promovido pela EMBRAPA foi decisivo para ampliar a capacidade produtiva da agricultura brasileira, enquanto Lopes (2020) ressalta que a assistência técnica constitui elemento indispensável para fortalecer os processos organizativos e produtivos dos assentamentos da reforma agrária.

Além da atuação das instituições públicas, os resultados evidenciam a relevância das organizações sociais para o fortalecimento das cooperativas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

(CONCRAB) desempenham papel importante na formação política, na capacitação dos cooperados e na articulação entre diferentes organizações da reforma agrária. De acordo com Thibes *et al.* (2020), os movimentos sociais contemporâneos ampliam sua capacidade de mobilização ao construir redes de cooperação e espaços permanentes de participação coletiva, fortalecendo processos de organização social e representação política.

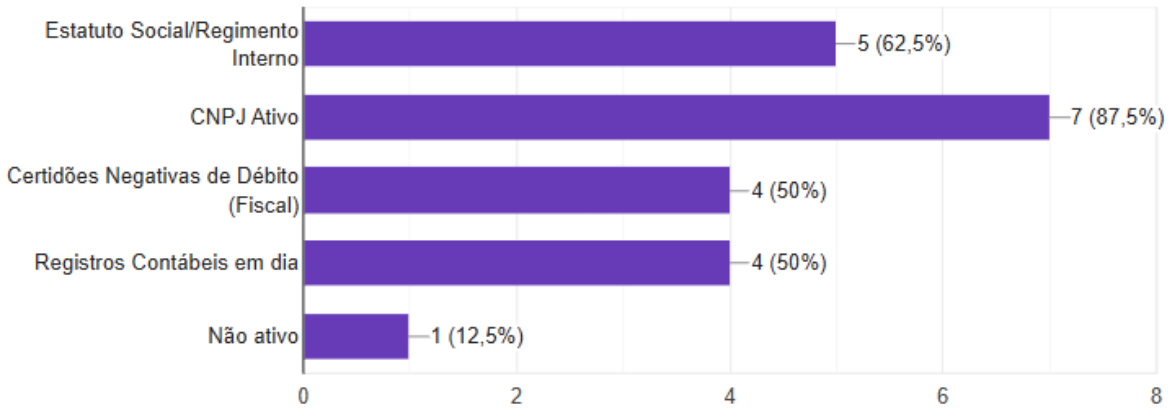
Os resultados também indicam que a efetividade das políticas públicas depende da articulação entre diferentes órgãos governamentais e das próprias organizações da agricultura familiar. Conforme observam Silva e Medeiros (2020), a participação social e o controle das políticas públicas constituem elementos essenciais para garantir que essas ações atendam às necessidades das comunidades rurais e contribuam para o fortalecimento das organizações coletivas.

Por fim, verifica-se que o acesso aos programas governamentais representa um importante instrumento para ampliar a comercialização, fortalecer a gestão e promover maior estabilidade econômica das cooperativas e associações pesquisadas. Contudo, a pesquisa demonstra que esses benefícios somente se consolidam quando acompanhados de assistência técnica, qualificação da gestão, regularização documental e apoio institucional contínuo. Assim, os resultados confirmam que o fortalecimento da agricultura familiar depende da integração entre políticas públicas, organizações coletivas e instituições de apoio, criando condições para ampliar a autonomia das cooperativas e promover o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária.

4.5 Gestão, governança e regularidade

A gestão também está diretamente relacionada à capacidade das organizações de administrar seus recursos financeiros e produtivos. Cooperativas que possuem mecanismos participativos de planejamento tendem a utilizar de forma mais eficiente o capital disponível, priorizando investimentos em infraestrutura, equipamentos, logística e qualificação dos cooperados. Nesse sentido, o capital não deve ser compreendido apenas como recurso financeiro, mas como condição para ampliar a capacidade produtiva e fortalecer os processos de comercialização. A boa gestão desses recursos reduz desperdícios, melhora o planejamento financeiro e amplia as possibilidades de novos investimentos, favorecendo a sustentabilidade econômica das organizações.

Figura 6 – Gestão, governança e regularidade



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os resultados obtidos demonstram que as limitações relacionadas ao uso de ferramentas gerenciais, ao planejamento estratégico e à regularização documental representam obstáculos para o fortalecimento da autogestão. A administração eficiente das organizações depende não apenas da existência de dirigentes, mas da participação efetiva dos cooperados nos processos decisórios e do desenvolvimento de competências administrativas capazes de assegurar maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

A autogestão apresenta estreita relação com a administração do capital da organização. Quanto maior a capacidade de planejamento financeiro, controle dos custos operacionais e definição coletiva das prioridades de investimento, maiores são as possibilidades de fortalecimento econômico das cooperativas. Nesse contexto, o capital deixa de representar apenas recursos financeiros e passa a constituir um instrumento para aquisição de equipamentos, melhoria da infraestrutura, expansão da capacidade produtiva, ampliação da logística e fortalecimento da comercialização. A utilização eficiente desses recursos depende diretamente da capacidade de gestão construída coletivamente pelos cooperados.

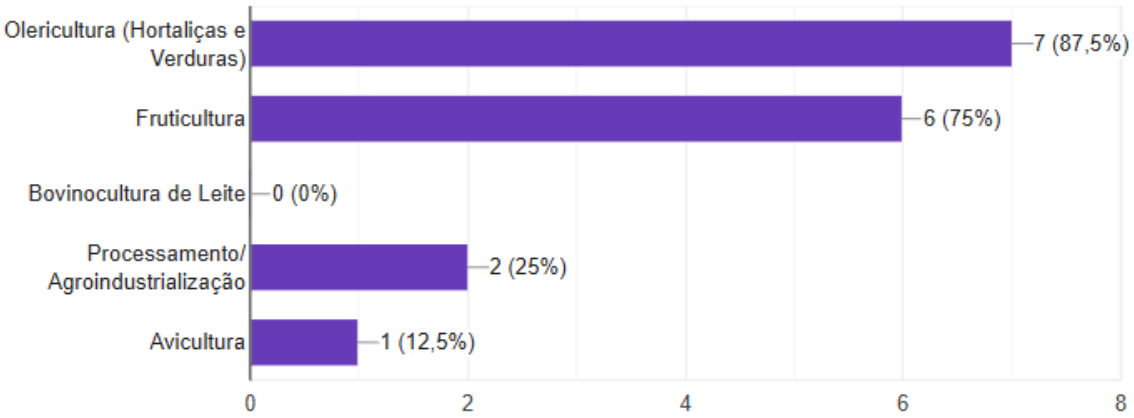
Essa relação evidencia que autogestão e capital são dimensões complementares. A gestão participativa favorece melhor aplicação dos recursos disponíveis, enquanto a existência de capital suficiente possibilita novos investimentos capazes de ampliar a competitividade das organizações e fortalecer sua sustentabilidade econômica no médio e longo prazo.

4.6 Produção e canais de comercialização

Na figura 7, percebe-se que a produção concentra-se principalmente no cultivo de hortaliças (87,5%) e frutas (75%), o que confirma a designação da DF como cinturão verde.

Em termos de marketing, as organizações têm acesso a vários canais: além da PAA (62,5%) e da PNAE (50%), há também vendas diretas em feiras (25%) e a utilização de intermediários/vendedores (25%). Dependendo dos intermediários, este é um dos dois problemas que a organização coletiva procura reduzir para aumentar as margens de lucro. Qualitativamente, o projeto enfatiza que o marketing direto em ciclos curtos (feiras e mercados locais) fortalece a relação de confiança entre produtores e consumidores. No entanto, a falta de infraestrutura de processamento (mencionada por apenas 25% dos dois entrevistados no contexto da atual industrialização agrícola) limita o aumento do valor dos produtos frescos.

Figura 7 – Produção e Canais de Comercialização



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os resultados obtidos demonstram que parte das organizações ainda enfrenta dificuldades relacionadas ao uso de ferramentas gerenciais, ao planejamento estratégico e à manutenção da regularidade documental. Essas limitações repercutem diretamente na capacidade das cooperativas de acessar políticas públicas, celebrar contratos e ampliar sua atuação nos diferentes mercados. Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que as organizações que apresentam maior planejamento administrativo tendem a responder com mais eficiência às exigências institucionais e às demandas da comercialização.

Essa constatação aproxima-se das reflexões de Wevering (2020), ao afirmar que a cooperação cooperativa depende da construção permanente de práticas de gestão compartilhada. Para o autor, a eficiência organizacional não decorre apenas da existência de normas formais, mas da capacidade dos cooperados de atuar coletivamente na definição dos objetivos, na distribuição das responsabilidades e no acompanhamento das decisões. Assim, a governança fortalece-se quando a participação deixa de ser apenas um princípio estatutário e passa a integrar a rotina administrativa das organizações.

Os resultados também revelam que a gestão eficiente está diretamente relacionada à utilização adequada dos recursos financeiros e produtivos. Cooperativas que adotam mecanismos participativos de planejamento tendem a direcionar seus investimentos para áreas estratégicas, como infraestrutura, aquisição de equipamentos, transporte, armazenamento, qualificação dos cooperados e melhoria dos processos de comercialização. Nessa perspectiva, o capital deixa de ser compreendido apenas como recurso financeiro e passa a representar um instrumento para fortalecer a capacidade produtiva e ampliar a sustentabilidade econômica das organizações.

Essa interpretação encontra respaldo em Suzim (2023), que destaca que o sucesso das cooperativas depende da articulação entre gestão profissional e participação democrática. Segundo a autora, o planejamento financeiro, a transparência administrativa e a definição coletiva das prioridades fortalecem a confiança entre os cooperados e ampliam a capacidade das organizações de enfrentar desafios econômicos e institucionais.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa refere-se à importância da regularidade documental para o funcionamento das organizações. A atualização dos registros administrativos, das prestações de contas e dos documentos legais constitui requisito indispensável para participação em programas governamentais, acesso ao crédito e celebração de contratos. Nesse sentido, a governança envolve não apenas processos internos de decisão, mas também a capacidade institucional de atender às exigências estabelecidas pelos órgãos públicos e pelos diferentes mercados consumidores.

Sob essa perspectiva, Correia Filho *et al.* (2022) observam que a competitividade do cooperativismo brasileiro está diretamente associada ao fortalecimento da governança e da profissionalização da gestão. Segundo os autores, organizações que investem em planejamento, controle administrativo e qualificação dos dirigentes apresentam maior capacidade de inovação, ampliam sua inserção nos mercados e tornam-se mais resilientes diante das mudanças econômicas.

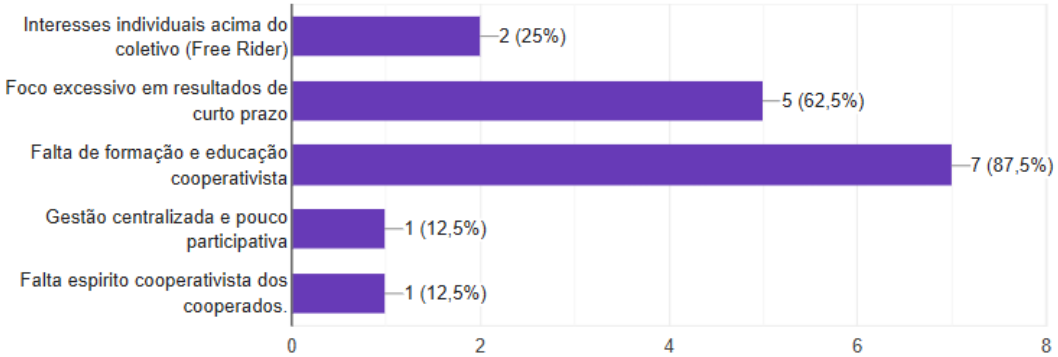
Além da eficiência administrativa, os resultados reforçam a importância da participação democrática como princípio estruturante da gestão cooperativa. A existência de assembleias, eleições periódicas e espaços de deliberação fortalece a corresponsabilidade dos cooperados pelas decisões tomadas e amplia a legitimidade das ações desenvolvidas pela organização. Essa compreensão dialoga com Warren (2021), para quem organizações democráticas criam oportunidades para que seus membros participem da construção das decisões coletivas, fortalecendo o compromisso com os objetivos comuns e a confiança institucional.

Por fim, os resultados demonstram que gestão, governança e regularidade documental constituem dimensões indissociáveis para o fortalecimento das cooperativas e associações pesquisadas. Embora persistam limitações relacionadas ao planejamento e à organização administrativa, as experiências analisadas evidenciam que a participação dos cooperados, aliada à qualificação da gestão e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, amplia as condições para acessar políticas públicas, fortalecer a comercialização e garantir maior sustentabilidade institucional e econômica das organizações. Essa constatação confirma que a consolidação das cooperativas depende não apenas da disponibilidade de recursos financeiros, mas, sobretudo, da capacidade de administrá-los de forma coletiva, transparente e orientada pelos princípios do cooperativismo.

4.7 Desafios, gargalos estratégicos e principal desafio externo para a comercialização no DF

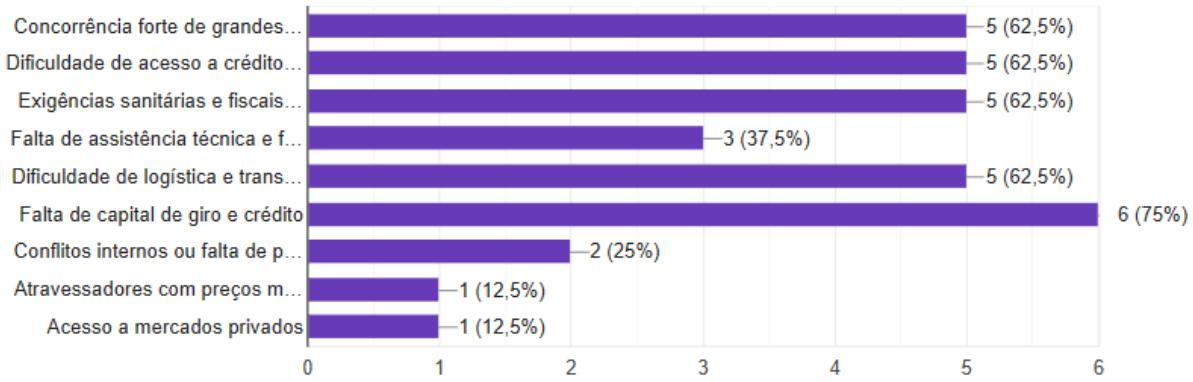
Os resultados apresentados nas Figuras 8 e 9 evidenciam que as organizações pesquisadas enfrentam um conjunto de desafios que ultrapassa as questões relacionadas à produção agrícola. Entre os principais obstáculos internos, destaca-se a falta de formação e capacitação, apontada por 87,5% dos entrevistados, seguida pelo foco excessivo em resultados de curto prazo, mencionado por 62,5% das organizações. No ambiente externo, a insuficiência de capital de giro foi identificada como o principal entrave à comercialização (75%), acompanhada por dificuldades relacionadas à logística, ao transporte, às exigências sanitárias e à concorrência com mercados de maior escala, todas citadas por 62,5% dos participantes.

Figura 8 – Desafios, Gargalos Estratégicos e principal desafio externo para a comercialização no DF



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 9 – Desafios, Gargalos Estratégicos e principal desafio externo para a comercialização no DF



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os resultados demonstram que os desafios enfrentados pelas cooperativas não podem ser compreendidos apenas como limitações financeiras. A escassez de capital de giro compromete diretamente o funcionamento das organizações, dificultando a aquisição de insumos, a manutenção de estoques, o transporte da produção, o beneficiamento dos alimentos e o cumprimento dos contratos firmados com compradores públicos e privados. Como consequência, reduz-se a capacidade de planejamento e aumenta a vulnerabilidade das cooperativas diante das oscilações do mercado.

Essa realidade confirma as análises de Cruz *et al.* (2021), que identificam o acesso ao crédito e à assistência técnica como dois dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar brasileira. Segundo os autores, a limitação desses instrumentos restringe os investimentos produtivos e compromete a capacidade das organizações de ampliar sua inserção nos mercados.

Outro aspecto evidenciado pelos dados refere-se às dificuldades de acesso às políticas públicas. Embora existam programas específicos para apoiar a agricultura familiar, muitas organizações ainda encontram obstáculos para atender às exigências administrativas e documentais necessárias para sua participação. Essa constatação converge com os resultados apresentados por Cazella, Capellesso e Scheiner (2020), que demonstram que o não acesso às políticas públicas nem sempre decorre da inexistência dos programas, mas das dificuldades enfrentadas pelos agricultores para cumprir requisitos burocráticos, acessar informações e obter acompanhamento técnico.

As limitações relacionadas à logística e ao transporte também apareceram de forma recorrente entre os entrevistados. A distância entre as áreas de produção e os centros consumidores, aliada à insuficiência de infraestrutura para armazenamento e distribuição, reduz a competitividade das organizações e aumenta os custos de comercialização. Nesse

sentido, Buainain, Guanziroli e Romeiro (2006) argumentam que essas restrições estruturais representam um dos principais fatores que dificultam a inserção da agricultura familiar em mercados mais competitivos.

No contexto do Distrito Federal, essas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes diante da necessidade de atender às exigências dos mercados institucionais e privados. Apesar da existência de programas como o PAPA-DF, que ampliam as oportunidades de comercialização da agricultura familiar, os resultados da pesquisa mostram que o acesso a esses mercados depende da regularidade documental, da organização administrativa, da assistência técnica e da capacidade de manter fornecimento contínuo ao longo do ano. Esse cenário também foi identificado pela CODEPLAN (2014), ao apontar que os principais desafios da agricultura familiar no Distrito Federal envolvem infraestrutura, logística e fortalecimento das organizações coletivas.

Entretanto, os resultados também revelam que parte desses obstáculos pode ser enfrentada por meio da cooperação entre os agricultores. O planejamento coletivo da produção, o compartilhamento de equipamentos, a utilização conjunta de estruturas de armazenamento e a organização da logística contribuem para reduzir custos e ampliar a capacidade de negociação das cooperativas. Conforme destacam Amaral *et al.* (2020), iniciativas baseadas em cadeias curtas de comercialização fortalecem a agricultura familiar ao aproximar produtores e consumidores, reduzir a dependência de intermediários e ampliar a circulação da renda nos próprios territórios.

Essa estratégia também dialoga com as reflexões de Rover e Darolt (2021), que identificam os circuitos curtos de comercialização como uma importante inovação social para a agricultura familiar. Segundo os autores, a diversificação dos canais de venda reduz a dependência de um único mercado, fortalece a autonomia das organizações e amplia as possibilidades de geração de renda para as famílias agricultoras.

Além dos aspectos econômicos, os resultados evidenciam que a qualificação dos cooperados permanece como um desafio estratégico. A falta de formação em gestão, planejamento, legislação sanitária e comercialização limita a capacidade das organizações de responder às exigências dos diferentes mercados. Nesse sentido, investir em capacitação contínua representa uma condição indispensável para fortalecer a gestão e ampliar a autonomia das cooperativas.

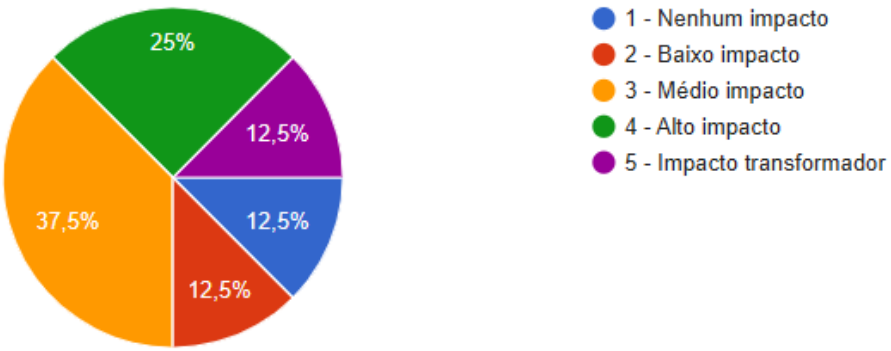
Por fim, os resultados confirmam que o fortalecimento das cooperativas depende da articulação entre diferentes fatores. O acesso ao crédito, a ampliação da assistência técnica, os investimentos em infraestrutura, a melhoria da logística, a qualificação dos cooperados e o

fortalecimento das políticas públicas precisam atuar de forma integrada para reduzir os gargalos identificados nesta pesquisa. Como destacam Oliveira e Bertolini (2022), a sustentabilidade das cooperativas da agricultura familiar resulta da combinação entre gestão eficiente, apoio institucional, cooperação entre os agricultores e acesso permanente aos mercados. Dessa forma, superar os desafios identificados exige não apenas investimentos financeiros, mas também ações coordenadas capazes de fortalecer a capacidade organizativa das cooperativas e promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária.

4.8 Impacto na renda e perspectivas de futuro

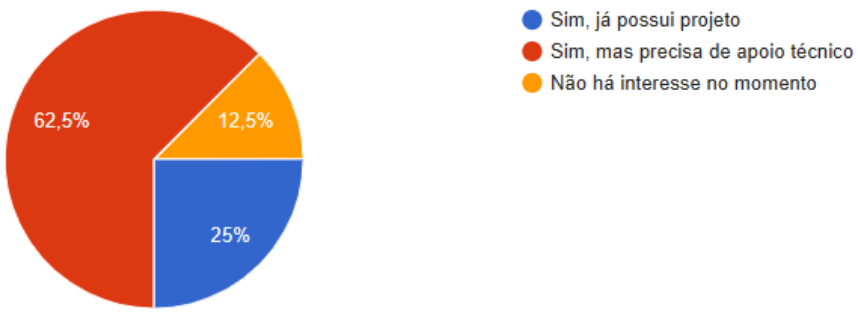
Os resultados apresentados nas Figuras 10 e 11 revelam que as organizações pesquisadas reconhecem efeitos positivos da atuação coletiva sobre a renda de seus membros. Para 37,5% dos entrevistados, o impacto das cooperativas e associações pode ser considerado médio; outros 25% avaliam esse impacto como elevado; e apenas 12,5% o classificam como transformador. Esses dados indicam que, embora a organização coletiva já produza benefícios econômicos concretos, seu potencial ainda não foi plenamente alcançado. Ao mesmo tempo, observa-se uma perspectiva otimista em relação ao futuro, uma vez que 62,5% das organizações pretendem investir em processos de agroindustrialização nos próximos três anos, ainda que reconheçam a necessidade de apoio técnico e financeiro para concretizar esses projetos.

Figura 10 – Impacto na Renda e Perspectivas de Futuro



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 11 – Impacto na Renda e Perspectivas de Futuro



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os resultados demonstram que os efeitos das cooperativas e associações ultrapassam o aumento da renda obtida com a comercialização da produção. A organização coletiva fortalece o planejamento das atividades produtivas, amplia o acesso aos mercados institucionais, melhora o poder de negociação dos agricultores e favorece a utilização compartilhada de equipamentos, infraestrutura e conhecimentos técnicos. Esses fatores contribuem para a construção de organizações mais estruturadas e economicamente mais resilientes.

Essa interpretação aproxima-se das reflexões de Oliveira e Bertolini (2022), que identificam as cooperativas como instrumentos fundamentais para fortalecer a sustentabilidade da agricultura familiar. Segundo os autores, os resultados econômicos alcançados pelas organizações decorrem da combinação entre cooperação, gestão coletiva e capacidade de inserção em diferentes mercados, permitindo que os agricultores ampliem sua permanência na atividade produtiva e reduzam sua vulnerabilidade econômica.

Os dados também revelam que as perspectivas de investimento concentram-se na agroindustrialização da produção. O interesse das organizações em agregar valor aos produtos demonstra uma estratégia voltada não apenas ao aumento da renda, mas também à ampliação da competitividade e da permanência nos mercados. Nesse sentido, Pereira *et al.* (2020) ressaltam que experiências de agroindustrialização desenvolvidas em assentamentos da reforma agrária fortalecem a autonomia econômica das famílias, ampliam as oportunidades de trabalho e favorecem maior participação das mulheres e dos jovens nas atividades produtivas.

Outro aspecto relevante refere-se à diversificação das estratégias de comercialização. As organizações demonstram compreender que o fortalecimento econômico depende da ampliação dos canais de venda e da redução da dependência de poucos compradores. Essa perspectiva converge com os estudos de Amaral *et al.* (2020), que destacam as cadeias curtas

de comercialização como importantes instrumentos para aproximar produtores e consumidores, agregar valor aos alimentos e promover o desenvolvimento rural sustentável.

Os resultados também evidenciam que a melhoria da renda está diretamente relacionada à capacidade das organizações de reinvestir os recursos obtidos na própria estrutura produtiva. Os investimentos em equipamentos, transporte, infraestrutura, capacitação e melhoria dos processos administrativos fortalecem continuamente as cooperativas e ampliam sua capacidade de gerar novos ciclos de desenvolvimento. Conforme argumenta Wevering (2020), a cooperação deve ser compreendida como um processo permanente de construção coletiva, no qual os resultados alcançados retornam para a própria organização, fortalecendo sua capacidade de enfrentar novos desafios.

Entretanto, os dados demonstram que ainda persistem limitações importantes para que esse potencial seja plenamente alcançado. Os entrevistados apontaram dificuldades relacionadas ao acesso ao crédito, à assistência técnica, à infraestrutura, à capacitação gerencial e à ampliação dos mercados consumidores. Esses fatores restringem os investimentos necessários para consolidar processos de agroindustrialização e agregar maior valor à produção da agricultura familiar.

Sob essa perspectiva, Suzim (2023) observa que o fortalecimento das cooperativas depende da articulação entre gestão qualificada, planejamento estratégico, inovação e participação dos cooperados. Segundo a autora, organizações que conseguem integrar esses elementos apresentam maior capacidade de adaptação às mudanças do mercado e melhores condições para ampliar sua sustentabilidade econômica.

Os resultados também reforçam que o desenvolvimento das cooperativas está diretamente relacionado ao fortalecimento dos territórios onde estão inseridas. Conforme discutem Marchetti *et al.* (2020), a reforma agrária produz efeitos mais duradouros quando é acompanhada por políticas públicas capazes de estimular a diversificação produtiva, a conservação da agrobiodiversidade, a agregação de valor e a organização coletiva da produção. Nesse contexto, o desenvolvimento das cooperativas representa também um processo de fortalecimento social, econômico e territorial dos assentamentos.

As perspectivas de futuro apontadas pelos participantes concentram-se na ampliação da infraestrutura, na expansão da agroindustrialização, no fortalecimento da assistência técnica, na qualificação da gestão e na ampliação dos mercados institucionais. Esses resultados demonstram que as organizações reconhecem a necessidade de combinar investimentos produtivos com melhorias administrativas e organizacionais para ampliar sua competitividade e garantir maior estabilidade econômica.

De maneira geral, os resultados desta pesquisa confirmam que o cooperativismo e o associativismo constituem importantes estratégias para fortalecer a agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária do Distrito Federal. Entretanto, sua consolidação depende da continuidade das políticas públicas, da ampliação da assistência técnica, do acesso ao crédito, da qualificação permanente dos cooperados e da integração entre produção, comercialização e agroindustrialização. Assim, as perspectivas de futuro identificadas pelos participantes evidenciam que o desenvolvimento dessas organizações não está relacionado apenas ao crescimento econômico, mas também à construção de processos permanentes de cooperação, inovação, desenvolvimento territorial e valorização da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo geral analisar os desafios enfrentados por cooperativas e associações vinculadas aos assentamentos da reforma agrária no Distrito Federal no processo de comercialização de seus produtos, buscando compreender de que forma esses desafios influenciam a geração de renda das famílias agricultoras e o fortalecimento das organizações coletivas. A pesquisa partiu do entendimento de que o acesso à terra, embora constitua condição fundamental para a reforma agrária, não garante, por si só, a sustentabilidade econômica dos assentamentos, tornando indispensável compreender os fatores que condicionam a comercialização da produção agrícola e o fortalecimento das formas coletivas de organização.

Os resultados obtidos permitiram concluir que o objetivo geral foi alcançado. A pesquisa evidenciou que cooperativas e associações desempenham papel estratégico na organização da produção, na ampliação do acesso aos mercados e no fortalecimento da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, revelou que essas organizações ainda enfrentam limitações relacionadas à infraestrutura, à logística, à assistência técnica, ao acesso ao crédito, à qualificação da gestão e às exigências burocráticas impostas pelos diferentes canais de comercialização. Esses fatores reduzem a capacidade de inserção competitiva das organizações nos mercados e limitam seu potencial de geração de renda.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que consistiu em identificar os principais produtos comercializados pelas cooperativas e associações pesquisadas, verificou-se que as organizações apresentam significativa diversidade produtiva, envolvendo hortaliças, frutas, grãos, produtos processados e alimentos destinados tanto ao consumo local quanto aos mercados institucionais. Essa diversidade demonstra o potencial produtivo existente nos assentamentos da reforma agrária e evidencia que a agricultura familiar possui capacidade para atender diferentes segmentos consumidores quando dispõe de condições adequadas de organização e comercialização.

Quanto ao segundo objetivo específico, que buscou compreender os principais canais de comercialização utilizados pelas organizações, constatou-se que a comercialização ocorre por meio de mercados institucionais, feiras livres, vendas diretas ao consumidor, estabelecimentos privados e outras formas de comercialização coletiva. Os resultados demonstram que a diversificação desses canais reduz a dependência de intermediários, amplia as oportunidades de comercialização e fortalece a estabilidade econômica das organizações. Entretanto, também evidenciam que o acesso a esses mercados depende de infraestrutura,

planejamento produtivo, regularidade da oferta e capacidade administrativa das cooperativas e associações.

O terceiro objetivo específico consistiu em analisar os principais desafios enfrentados pelas organizações na comercialização da produção. Os dados da pesquisa demonstraram que os obstáculos mais recorrentes estão relacionados às dificuldades de transporte, armazenamento, beneficiamento da produção, acesso ao crédito, insuficiência da assistência técnica e limitações na gestão organizacional. Esses resultados dialogam com o referencial teórico discutido ao longo da pesquisa ao evidenciar que os desafios enfrentados pela agricultura familiar decorrem de condicionantes estruturais e institucionais, não podendo ser atribuídos exclusivamente à atuação dos agricultores ou das organizações coletivas.

O quarto objetivo específico, referente à análise da contribuição do cooperativismo e do associativismo para o fortalecimento da comercialização e da geração de renda, também foi alcançado. Os resultados indicam que as organizações coletivas ampliam a capacidade de negociação dos agricultores, favorecem o acesso às políticas públicas, possibilitam o compartilhamento de infraestrutura e fortalecem a comercialização coletiva. Além disso, verificou-se que as cooperativas e associações exercem funções que extrapolam sua dimensão econômica, constituindo espaços de formação, qualificação, aprendizagem coletiva e fortalecimento das relações sociais nos assentamentos.

A pesquisa também permitiu compreender que o cooperativismo desenvolvido nos assentamentos da reforma agrária apresenta características próprias, diferenciando-se do modelo tradicional vinculado à modernização conservadora da agricultura. Enquanto este esteve historicamente associado à expansão das cadeias agroindustriais e da produção em larga escala, aquele fundamenta-se na cooperação, na autogestão, na economia solidária e na valorização da agricultura familiar. Essa constatação reforça a importância do chamado novo cooperativismo como estratégia de fortalecimento dos assentamentos e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Outro aspecto relevante refere-se às sobras sociais produzidas pelas organizações coletivas. Os resultados evidenciaram que os benefícios gerados pelas cooperativas e associações não se restringem aos aspectos financeiros, mas retornam às comunidades por meio de investimentos em infraestrutura, capacitação, assistência técnica, aquisição de equipamentos e fortalecimento institucional. Esses elementos reforçam a compreensão de que a contribuição das organizações coletivas deve ser avaliada também por seus impactos sociais, organizacionais e territoriais.

À luz do referencial teórico adotado, os resultados ao demonstrarem que a organização coletiva constitui importante mecanismo para reduzir custos de transação, ampliar a capacidade de negociação, fortalecer a inserção em mercados e promover processos de desenvolvimento rural. Contudo, a pesquisa também evidencia que o fortalecimento das cooperativas depende da continuidade das políticas públicas, da ampliação da assistência técnica, da formação permanente dos dirigentes e cooperados, da melhoria da infraestrutura e da consolidação de estratégias de comercialização capazes de reduzir a dependência de intermediários.

De forma geral, conclui-se que os objetivos propostos nesta pesquisa foram plenamente alcançados, permitindo compreender os principais desafios e potencialidades das cooperativas e associações vinculadas aos assentamentos da reforma agrária no Distrito Federal. Os resultados produzidos oferecem subsídios relevantes para o aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, para o fortalecimento das organizações coletivas e para a formulação de estratégias voltadas à ampliação da comercialização e da geração de renda nos assentamentos.

Como limitações, destaca-se que a investigação concentrou-se em cooperativas e associações localizadas no Distrito Federal, o que recomenda cautela quanto à generalização dos resultados para outras regiões do país. Em pesquisas futuras, sugere-se ampliar a abrangência territorial da investigação, incorporar análises comparativas entre diferentes estados e aprofundar estudos sobre governança cooperativa, agroindustrialização, mercados institucionais, circuitos curtos de comercialização e impactos da economia solidária no desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico sobre cooperativismo, associativismo e comercialização da agricultura familiar, mas também para subsidiar gestores públicos, movimentos sociais, instituições de pesquisa e as próprias organizações coletivas na construção de políticas e estratégias capazes de fortalecer a reforma agrária, ampliar as oportunidades de comercialização e promover um desenvolvimento rural mais inclusivo, democrático e sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa**: o sudoeste paranaense. São Paulo: USP, 1981.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2024.

AMARAL, L. S.; SANTOS, C. R.; PENHA, T. A. M.; ARAÚJO, J. P. O papel das cadeias curtas de comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da central de comercialização da agricultura familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). **Revista Sociedade e Ambiente no Semiárido**: Controvérsias e Abordagens, v. 55. n. 7, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/74160. Acesso em: 20 jul. 2026.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BICALHO, D.; LIMA, T. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **Revista Demetra Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, n. 4, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://agris.fao.org/search/en/providers/122436/records/67598230c7a957febdf9bc5a. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 12.088, de 17 de abril de 2024. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, do Associativismo e dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 abr. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12088.htm. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 3 de junho de 2024. Institui o Sistema Nacional de Economia Solidária e estabelece diretrizes para sua implementação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15068.htm. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Portal da Cidadania**. Brasília: MDA, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br. Acesso em: 2 jan. 2025.

BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C. H.; ROMEIRO, A. R. Agricultura familiar, cooperativismo e sustentabilidade no Brasil: considerações críticas. **Revista Brasileira de Estudos Rurais e Agrários**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 153-175, 2006.

CAMPAGNOLLA, C.; MACÊDO, M. M. C. Revolução Verde: passado e desafios atuais. **Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 39, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: https://apct.sede.embrapa.br/index.php/cct/article/view/26952. Acesso em: 21 jul. 2026.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. *In*: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3., 2004, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; SCHEINER, S. A abordagem do não-recurso as políticas públicas: o caso do crédito rural para a agricultura familiar. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/Cazella-Capellesso-e-Schneider-2020_Abordagem-na%CC%83o-recurso-PRONAF.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO. **Agricultura familiar no Distrito Federal**: dimensões e desafios. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2014. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Agricultura-Familiar-no-DF-Dimens%C3%B5es-e-Desafios.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

CORREIA FILHO, W. L.; BAGGIO, D. K.; RIZZATTO, S. C. C.; HARTAMANN, V. K. O cooperativismo empreendedor no Brasil: uma análise do Anuário 2021 da OCB. **Revista Comunicação & Inovação**, v. 25. n. 53, p. 1-18, 2022. Disponível em: https://aeca.es/wp-content/uploads/ixjor/10.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **RESR Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p. 1-20, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/Vh4gyBhmFdqqMbMstWmBdGL/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2026.

CRUZ, F. T; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010. Disponível em: https://agris.fao.org/search/en/providers/125349/records/67487e277625988a371c87a2. Acesso em: 4 ago. 2026.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 3, p. 220-249, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681. Acesso em: 4 ago. 2026.

DIDIER JUNIOR, F. **Cooperação judiciária nacional**. 2. ed. Editora JusPodivm, 2021. Disponível em: https://juspodivmdigital.com.br/cdn/arquivos/jus1337_previa-do-livro.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Portaria da comissão de seleção**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/selecao-assentamentos/para-sul-maraba/2025. Acesso em: 13 jan. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório de Auditoria da Superintendência Regional SR-28 – Distrito Federal e Entorno**. Brasília: INCRA, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/sr28-df_2013.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

LOPES, R. C. Relações camponesas na reforma agrária: alguns relatórios diários no serviço de assistência técnica e extensão rural. **RSD Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10478. Acesso em: 20 jul. 2026.

MARCHETTI, F.; MARQUES, P. E. M.; SANTOS, J. D.; SILVA, F. O. C. Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultores**, v. 28, n. 2, p. 1-29, 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-2_02_caminhos. Acesso em: 20 jul. 2026.

OLIVEIRA, L. S. C.; ASSIS, W. S. O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no munícipio de Irituia-Pará. **Revista Agricultura Familiar Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8708. Acesso em: 20 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Forma ideal de organização**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp. Acesso em: 22 maio 2026.

PELEGRINI, D. F.; SHIKI, S. F. N.; SHIKI, S. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 12, n. 19, p. 70-85, 12 ago. 2015. Disponível em: https://www.sci-hub.red/10.5007/1807-0221.2015v12n19p70. Acesso em: 8 jul. 2025.

PEREIRA, M. M. A.; MORAIS, L. C.; ALVES, É. M.; PEREIRA, A. L. F.; DÓRIA, J. Reforma agrária: mulheres de luta na agroindustrialização de alimentos e produção de plantas medicinais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11., 2020, São Cristóvão. **Anais** [...]. São Cristóvão, 2020. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3381. Acesso em: 15 ago. 2025.

PORTELLI, A. A luta pela terra e a reinvenção do rural. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2003, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, 2003.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 14, p. 25-40, 1997. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233. Acesso em: 17 ago. 2025.

POZZETTI, V. C.; MAGNANI, M. C. B. F.; ZAMBANO, V. Revolução Verde e retrocesso ambiental. **Revista Catalana de DRET Ambiental**, v. 22, n. 1, p. 1-27, 2021. Disponível em: https://revistes.urv.cat/index.php/rcda/article/view/3013. Acesso em: 20 jul. 2026.

QUIJADA, D. W.; CAVICHIOLI, F. A.; SOARES, N. M. Influência das políticas públicas na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/pt_BR/article/view/751. Acesso em: 20 jul. 2026.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

SANDRI, A. M. **Produção de comercialização de produtos de base ecológica**: políticas públicas e atuação das cooperativas de assentados da reforma agrária. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/alexandre_sandri.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 17 set. 2025.

SANTOS, L. F.; SOUSA, W. J.; FERREIRA, M. A. M.; RAMOS, A. S. M. Gestão de associação e cooperativas da agricultura familiar na implementação do programa nacional de alimentação escolar em territórios rurais. **Gestão & Regionalidade**, v. 38, n. 11, p. 1-20, 2022. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/pt_BR/article/view/7188. Acesso em: 20 jul. 2026.

SAUER, S. "**Reforma agrária de mercado" no Brasil**: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 98-125, abr. 2010. Disponível em: https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/reforma-agraria-de-mercado-no-brasil-um-sonho-que.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar brasileira**: desafios para a sustentabilidade e inclusão social. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, V. R.; MEDEIROS, M. R. A. Desafios e possibilidades para o controle social de políticas públicas no atual contexto de retrocesso dos direitos sociais. **Revista Textos & Contextos**, v. 19, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/36745. Acesso em: 20 jul. 2026.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. (org.) **A Economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SUZIM, A. C. B. **Cooperativismo em evidência**: o caso da Lar Cooperativa Agroindustrial. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2023 Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/items/baa35b3d-a79c-470e-9525-12d4a0435502. Acesso em: 20 jul.2026.

OLIVEIRA, W. C.; BETOLINI, G. R. F. Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar. **Reserach, Socieety and Development**, v. 11, n. 2, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26098/22723. Acesso em: 20 jul. 2026.

THIBES, M. Z.; PEREIRA, N. B.; SEGURADO, R.; CHICARINO, T. S. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. **Revista Eletrônica Simbiótica**, v. 2, n. 7, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/simbiotica/pt_BR/article/view/33695. Acesso em: 20 jul. 2026.

TROIAN, A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V.; PEREIRA, J. C. Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul, na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. **RESR Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/Zbbc8WGjZJVT7j4SjTjtpSx/?lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2026.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto cooperativismo e associativismo em áreas de reforma agrária**: potencialidades e desafios. Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. TED nº 135/2023/INCRA-UnB. Brasília: UnB, 2023. (não publicado).

VASCONCELOS JÚNIOR, N. Trajetória e desafios da representação do cooperativismo no Brasil: uma análise entre 1944 e 1969. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 11, n. 22, p. 1-20, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/88584. Acesso em: 20 jul. 2026.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **O desenvolvimento da agricultura do Brasil e o papel da Embrapa**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/2119cd40-ef98-45d4-a166-ea6bd5fef1c8. Acesso em: 10 ago. 2025.

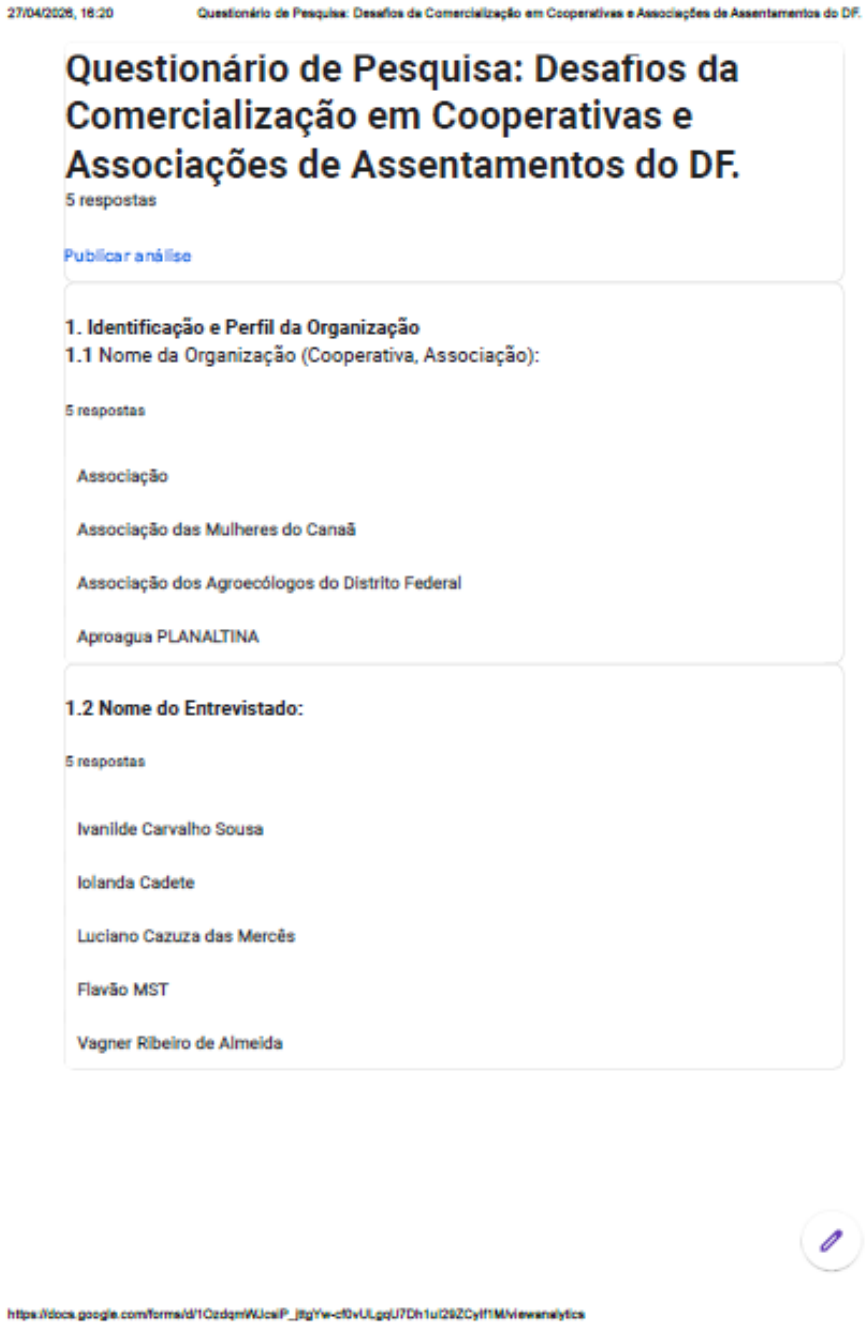
WARREN, M, **Democracy and association.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2021.

WEVERING, S. I. Cooperação cooperativa: o ser, o fazer e o devir. **Revista Administração Contemporânea**, v. 24, n. 6, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/pkxKPqLjmVBdnKqKxwsBB4n/?lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2026.

ZAMVENEDETTI, L.; OLIVEIRA, L. R.; SANTOS, M. S.; LAZAROTTO, E. C.; MARZALL, L. F. Revolução Verde: história e impactos no desenvolvimento agrícola. **Revista Agricultura no contexto do desenvolvimento rural sustentável**, v. 7, n. 88, p. 1-8, 2021. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210705219.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Espaço Temático**: terra, território e américa latina, v. 24, n. 3, p. 1-12, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/stvqSwRD88wztYbCpGvSB4t/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2026.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA: DESAFIOS DA COMERCIALIZAÇÃO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE ASSENTAMENTOS DO DF



27/04/2026, 16:20 Questionário de Pesquisa: Desafios da Comercialização em Cooperativas e Associações de Assentamentos do DF.

Questionário de Pesquisa: Desafios da Comercialização em Cooperativas e Associações de Assentamentos do DF.

5 respostas

Publicar análise

1. Identificação e Perfil da Organização

1.1 Nome da Organização (Cooperativa, Associação):

5 respostas

Associação

Associação das Mulheres do Canaã

Associação dos Agroecólogos do Distrito Federal

Aproagua PLANALTINA

1.2 Nome do Entrevistado:

5 respostas

Ivanilde Carvalho Sousa

Iolanda Cadete

Luciano Cazuza das Mercês

Flavão MST

Vagner Ribeiro de Almeida

https://docs.google.com/forms/d/1OzdqnWJcsIP_jtgYw-cf0vULgqU7Dh1ul2SZCylf1M/viewanalytics 1/10

1.3 Função na Cooperativa/Associação:

5 respostas

Associação

Associada

Vice presidenta

Preeidente

1.4 Telefone:

5 respostas

61998557012

61 992059619

61993959956

61981163770

61996903049

1.5 E-mail:

5 respostas

linhareslvanilde4@gmail.com

iolandaagroecologia@gmail.com

franciliofr@gmail.com

flaviodcarmo123@gmail.com

vagnoribeiro42@gmail.com

1.6 Localização (Assentamento/Região no DF):

5 respostas

INCRA 6

Assentamento Agroecológico José Wilker

Planaltina DF

INCRA 7

1.7 Ano de Constituição/Início das Atividades:

5 respostas

2011

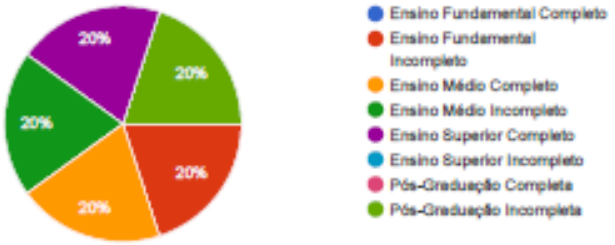
2023

2019

Copiar

2. Escolaridade

5 respostas



Copiar

3. Caracterização da Organização

3.1 Tipo de organização produtiva:

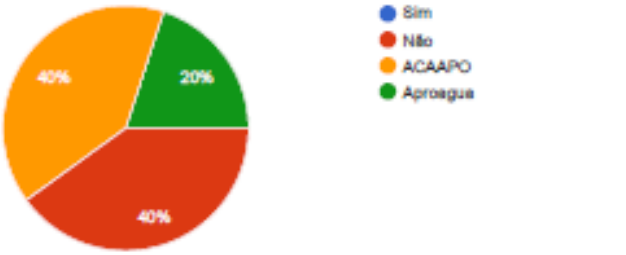
5 respostas



Copiar

3.2 A Cooperativa ou Associação faz parte de alguma Central Associativista:

5 respostas



3.2.1 Se "SIM", cite o nome

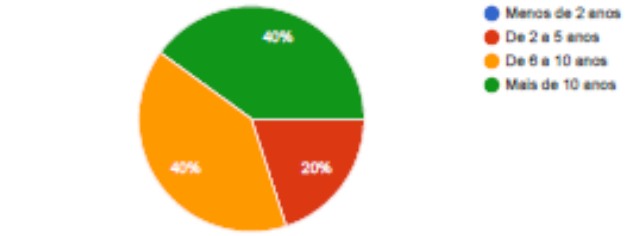
0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

3.3. Tempo de atuação no Distrito Federal

Copiar

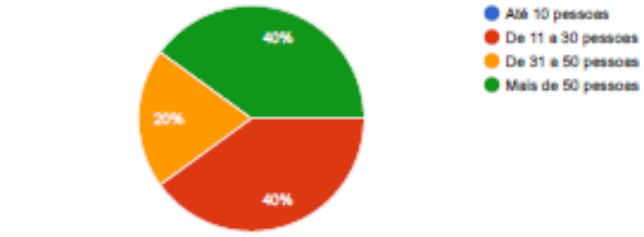
5 respostas



3.4 Número atual de membros/sócios ativos

Copiar

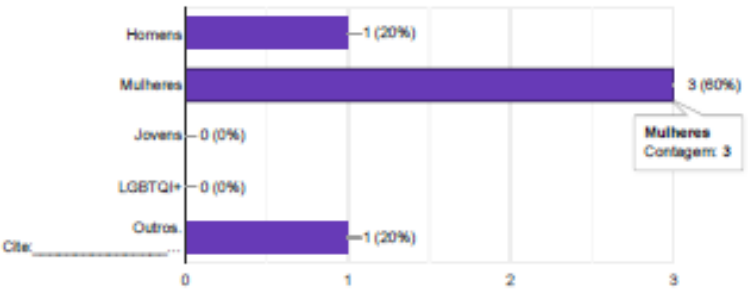
5 respostas



3.5 Perfil dos membros/sócios ativos

Copiar

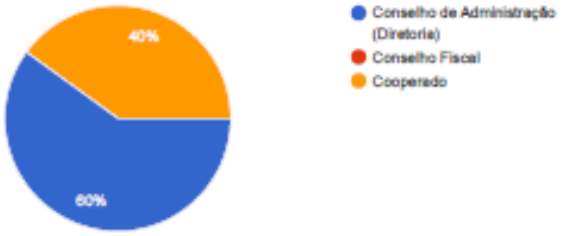
5 respostas



3.6 Local de Atuação na Estrutura Organizacional Instituição

Copiar

5 respostas

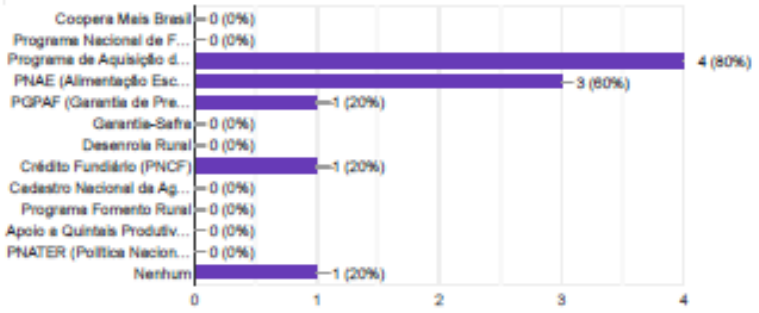


3.7 Programas governamentais (Políticas Públicas).

Copiar

3.7.1Tem acesso ou já acessou algum dos Programas abaixo:

5 respostas

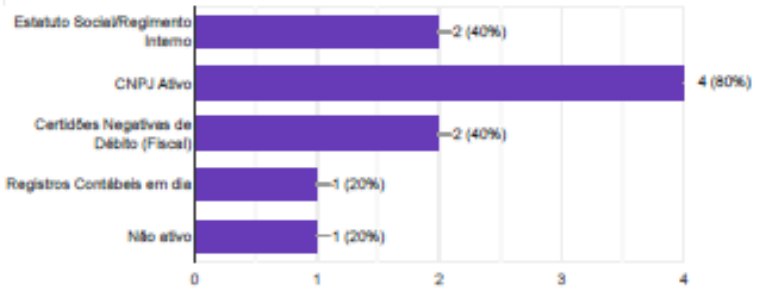


4. Gestão, Governança e Regularidade

Copiar

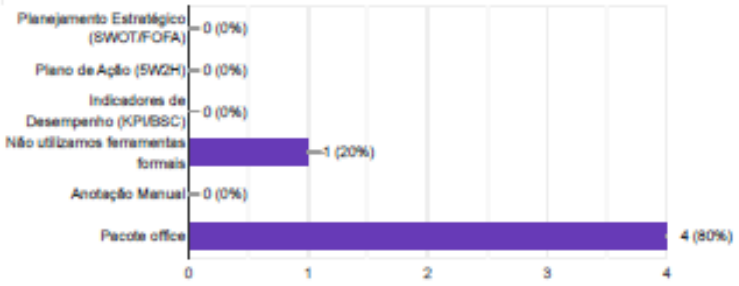
4.1 A organização possui os seguintes documentos regularizados? (Selecione todos que se aplicam)

5 respostas



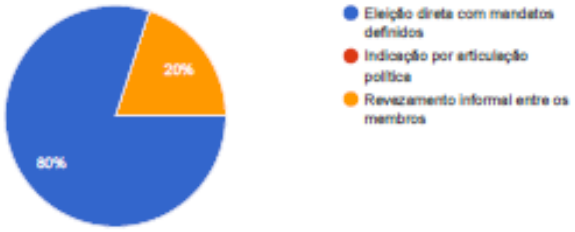
4. 2 Qual ferramenta de gestão é utilizada rotineiramente? Copiar

5 respostas



4.3 Como é feita a escolha da diretoria e conselhos? Copiar

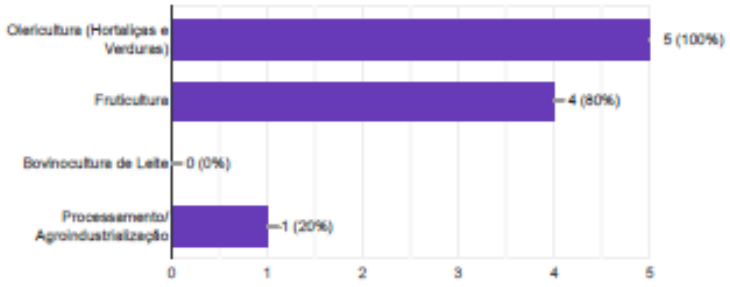
5 respostas



5. Produção e Canais de Comercialização. Copiar

5.1 Em qual(is) cadeia(s) produtiva(s) a organização atua predominantemente?

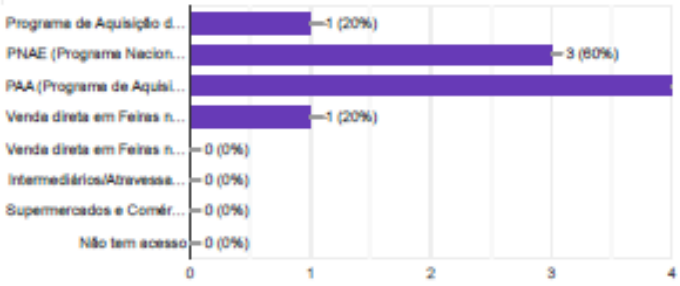
5 respostas



5.2 Quais canais de comercialização são acessados hoje?

Copiar

5 respostas

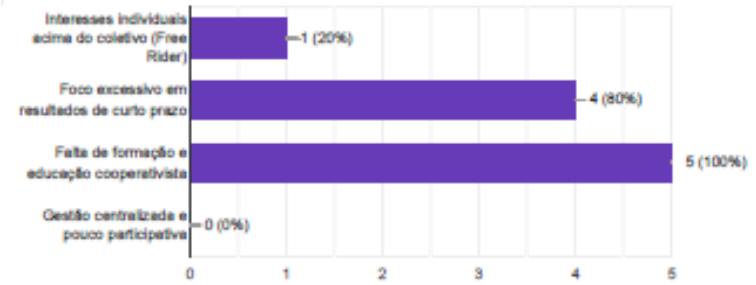


6. Desafios e Gargalos Estratégicos

Copiar

6.1 Qual o principal desafio interno da organização atualmente?

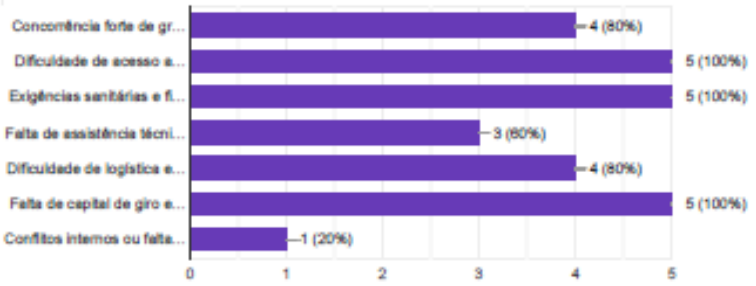
5 respostas



6.2 Qual o principal desafio externo para a comercialização no DF?

Copiar

5 respostas

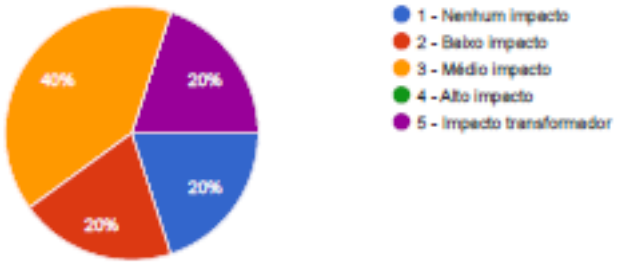


7. Impacto e Perspectiva

Copiar

7.1 Em uma escala de 1 a 5, quanto o cooperativismo aumentou a renda dos membros?

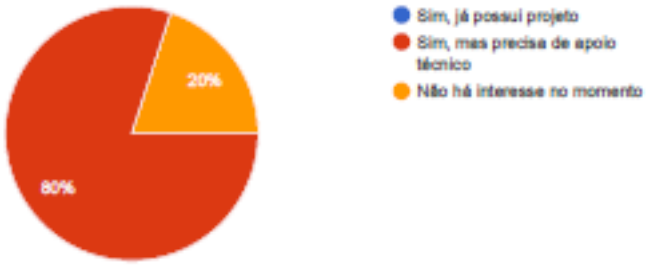
5 respostas



Copiar

7.2 A organização planeja investir em Agroindustrialização nos próximos 3 anos?

5 respostas



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - Entre em contato com o proprietário do formulário - Termos de Serviço - Política de Privacidade

Este formulário parece suspeito? Denunciar

Google Formulários